

ANDRÉIA DE FÁTIMA RUTIQUEWISKI GOMES

**O SINGULAR NU E A SENTENÇA GENÉRICA NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Professora Doutora Roberta Pires de Oliveira.

FLORIANÓPOLIS

2001

Dissertação julgada adequada para a obtenção do grau de
MESTRE EM LINGÜÍSTICA APLICADA

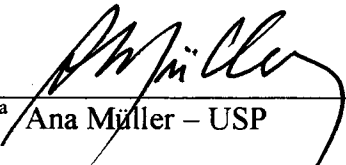
Área de Teoria e Análise Lingüística,
linha de pesquisa em Semântica Formal
Aprovada em sua forma final pelo programa
de Pós-Graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa Catarina

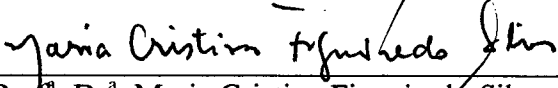
Coordenador do CPGLL

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura

Banca Examinadora


Prof.^a. Dr.^a. Roberta Pires de Oliveira
Orientadora – UFSC


Prof.^a. Dr.^a. Ana Müller – USP


Prof.^a. Dr.^a. Maria Cristina Figueiredo Silva - UFSC

Prof. Dr. Carlos Mioto - UFSC

AGRADECIMENTOS

À orientadora, Prof.^a Dr.^a Roberta Pires de
Oliveira

DEDICATÓRIA

À Amanda, ao Rubens, a minha mãe e ao meu pai.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – GENERICIDADE: APONTAMENTOS BÁSICOS	5
1.1 O QUE É GENERICIDADE?.....	5
1.2 DOIS TIPOS DE GENERICIDADE.....	8
1.3 TESTES PARA CARACTERIZAR SENTENÇAS GENÉRICAS E SINTAGMAS NOMINAIS GENÉRICOS.....	11
1.4 A GENERICIDADE NA LÍNGUA INGLESA.....	18
1.5 SOLUÇÕES FORMAIS PARA A GENERICIDADE.....	23
1.6 SOLUÇÕES SEMÂNTICAS DO GEN.....	29
CAPÍTULO 2 - A GENERICIDADE NO PB	41
2.1 O ESTUDO DE MÜLLER.....	41
2.2 CRÍTICA AO ESTUDO DE MÜLLER.....	47
2.2.1 Com relação ao sintagma nominal genérico.....	47
2.2.2 Com relação à sentença genérica.....	52
2.3 CONCLUSÃO.....	69
CAPÍTULO 3 - UM ESTUDO SOBRE OS FATORES QUE PROMOVEM A GENERICIDADE SENTENCIAL	70

3.1 COMPOSICIONALIDADE.....	70
3.2 QUE FATORES CONTRIBUEM PARA A GENERALIZAÇÃO SENTENCIAL? COMO CONTRIBUEM?.....	74
3.3 CONCLUSÃO.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

RESUMO

Este trabalho investiga o fenômeno da genericidade no português brasileiro. Indicamos uma escala de preferência quanto ao uso dos sintagmas nominais genéricos (aqueles que denotam espécies) e apresentamos a hipótese de que o singular nu é inerentemente não-específico, portanto, combina com a genericidade. Dessa forma, propomos o singular nu como forma prototípica de sintagma nominal nas sentenças genéricas. Realizamos ainda um estudo sobre os principais fatores que contribuem para a genericidade sentencial e concluímos que a hipótese levantada por Dahl (1995) de que sentenças genéricas são minimamente marcadas se confirma.

ABSTRACT

This dissertation investigates the phenomenon of genericity in Brazilian Portuguese. We indicate a preference scale regarding the use of generic noun phrases (those which denote species) and present the hypothesis that the bare singular is inherently nondefining, and therefore matches genericity. As a result, we propose the bare singular as a prototypical form of noun phrases in generic sentences. We also verify Dahl's hypothesis which states that generic sentences are minimally marked. Investigating the parameters which compose a generic sentence we have confirmed Dahl's hypothesis.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que se intitula O SINGULAR NU E A SENTENÇA GENÉRICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO, desencadeou-se pelo interesse em uma análise da genericidade no Português Brasileiro (doravante PB). Conforme a literatura, o fenômeno da genericidade nas línguas naturais dá-se através dos sintagmas nominais genéricos e das sentenças genéricas. No primeiro caso, a generalização é obtida exclusivamente pelo sintagma genérico, que se refere a toda uma espécie, a toda uma classe. No segundo, a generalização é obtida pela sentença como um todo, isto é, não é necessária a presença de sintagma nominal genérico. Sentenças genéricas expressam leis gerais e, portanto, permitem exceções às generalizações que expressam.

(01) O robô substituiu a mão de obra humana.

(02) O sol se põe às 18:00h.

Em (01) a genericidade é obtida pelo sintagma nominal definido que se refere a uma espécie: a dos robôs. A generalização só é possível devido ao definido genérico, pois em (01) temos um evento pontual: *substituiu*. Em (02) a generalização é obtida na sentença como um todo, é a expressão de uma regularidade a respeito do sol. É importante notar que não é necessário que o sol se ponha todos os dias do ano exatamente às 18:00h para que (02) seja verdadeira. Assim como não é preciso que o robô tenha substituído completamente (em todas as tarefas) a mão de obra humana para que (01) seja verdadeira. Isso ocorre porque a sentença

genérica permite exceções, sem que seja considerada falsa. O tópico principal de nossa dissertação é a genericidade sentencial e sua relação com o singular nu.

Carlson, em seu artigo “Truth Conditions of Generic Sentences: Two contrasting views” (1995), discute como se atribui valor de verdade para as sentenças genéricas e aponta as duas possíveis respostas a esse problema: a primeira é entender que o valor de verdade de uma sentença genérica é alcançado através de um processo indutivo e a segunda pela perspectiva realista. O autor contrasta as diferenças básicas de cada concepção e explica que o método indutivo preconiza que sentenças genéricas expressam generalizações indutivas, ou seja, atribuímos a elas valor de verdade através da observação de várias sentenças episódicas. Por exemplo: observam-se vários episódios acumulados de ver o sol se pôr às 18:00h e, então, pode-se concluir que o sol se põe às 18:00h. Em oposição a essa visão, a concepção realista acredita que as sentenças genéricas não dependem de instâncias observadas individualmente, mas que expressam normas que existem no mundo. Carlson também apresenta os problemas de cada concepção. Ele afirma que ontologicamente a concepção Indutivista é a melhor, porque não precisamos postular a existência de regras e estruturas subjacentes aos fenômenos. No entanto, essa proposta também apresenta problemas, como por exemplo: se as sentenças genéricas são derivadas de processos indutivos a partir da observação de várias instâncias individualmente, então elas deveriam manter sua original classe aspectual. A uma sentença como *João leva encomendas para Curitiba* é atribuído valor de verdade através da observação de vários episódios de João levar encomendas para Curitiba. Dessa forma, se a sentença episódica *João levou encomendas para Curitiba* é um evento, a genérica também deveria ser. Mas não é. É estativa. Não é nossa intenção descrever os demais argumentos de Carlson aqui, pois nesta tese vamos trabalhar sem nos comprometermos com nenhuma das duas perspectivas. Vamos apenas considerar que atribuímos valores de verdade às sentenças

genéricas. Há sentenças genéricas que são falsas (por exemplo: *No Brasil, o sol surge às 3 da manhã*) e há aquelas que são verdadeiras (*No Brasil, o sol surge às 6 da manhã*). Nenhum falante parece ter problemas para atribuir valor de verdade às sentenças genéricas. Elas têm, portanto, valor de verdade.

Em nosso primeiro capítulo apresentamos apontamentos básicos sobre a genericidade, que constituem a base de nosso trabalho. Baseamo-nos principalmente em Krifka et al. (1995) com a finalidade de esclarecermos o que é genericidade, seus tipos, os testes existentes para caracterizar sintagmas nominais genéricos e sentenças genéricas e as principais soluções formais e semânticas do GEN encontradas na literatura. Discutimos ainda o fenômeno da genericidade na língua inglesa. Nessa pesquisa, também não iremos propor nenhuma solução formal para esse operador. Vamos apenas supor, apoiando-nos na literatura, que sentenças genéricas comportam um operador de genericidade, GEN. No segundo capítulo, investigamos a genericidade no Português Brasileiro, onde realizamos primeiramente uma resenha de Müller (no prelo a), a seguir propomos uma escala de sintagmas nominais genéricos e uma nova hipótese para a forma prototípica de sintagma nominal na sentença genérica. Nossa hipótese é que o sintagma nominal prototípico em sentenças genéricas é o singular nu, como em *Homem chora*. Acreditamos que o sintagma nu, o singular nu, combina com a genericidade, pois esse sintagma sempre se apresenta de forma não-específica, ou seja, o singular nu não dá uma noção exata de número, porque pode se referir a qualquer parte de um determinado conjunto. Dessa forma, as hipóteses defendidas neste capítulo são: (i) o singular nu pode ser utilizado como um sintagma nominal genérico, pois os testes existentes para selecionar os sintagmas nominais que se referem a espécies não são tão conclusivos e permitem outras possibilidades, além do definido genérico (forma típica de sintagma nominal genérico); (ii) o singular nu é a forma prototípica de sintagma nominal na sentença genérica,

devido a diferentes argumentos apresentados.

No último capítulo, estudamos a sentença genérica particularmente, apontando os principais fatores que contribuem na genericidade sentencial e indicamos o padrão de sentença genérica no PB. Nossa intenção neste último capítulo é avaliar a hipótese, presente em Dahl (1995), de que sentenças genéricas são minimamente marcadas do ponto de vista semântico. Como ficará claro no próprio capítulo, nosso estudo sobre esses fatores é superficial. Ele visa apenas mostrar que a hipótese da minimalidade da sentença genérica se sustenta.

CAPÍTULO I

GENERICIDADE: APONTAMENTOS BÁSICOS

Neste capítulo dedicamo-nos a apontamentos sobre a genericidade, esclarecendo de que se trata, seus tipos e os testes existentes para caracterizar sentenças e sintagmas nominais genéricos. Discutimos também minimamente a genericidade na língua inglesa, bem como as principais soluções formais e semânticas do operador genérico, abreviado por GEN. Krifka et al. (1995) constitui nosso principal referencial teórico nesse capítulo.

1.1 O QUE É GENERICIDADE?

Sentenças genéricas se opõem às sentenças particulares, pois estas expressam declarações sobre eventos particulares ou propriedades de objetos particulares e aquelas referem-se a regularidades. As sentenças (01) – (04) exemplificam essa oposição:

(01) O tubarão foi atingido pelo arpão.

(02) João tomou um café após o jantar.

Nas sentenças (01) e (02) temos sentenças que narram episódios específicos, ou seja, são sentenças sobre eventos particulares. Já em (03) e (04) encontramos sentenças genéricas:

(03) O tubarão é um animal perigoso.

(04) João toma café após o jantar.

As sentenças genéricas (*characterizing sentences*) expressam regularidades ou leis mais gerais, por isso constituem uma maneira muito comum de como as pessoas trocam e guardam informações. Como afirmam vários autores (Krifka et al., 1995), a maior parte do nosso conhecimento sobre o mundo é constituído por sentenças genéricas. Por expressarem generalizações, regularidades, as sentenças genéricas não podem apreender uma mera generalização acidental.

A genericidade difere também da quantificação universal. Krifka et al. (1995) afirmam que as sentenças genéricas algumas vezes têm o sabor de sentenças universalmente quantificadas, porém essas duas categorias precisam ser mantidas separadas. Uma razão para essa distinção é que as sentenças genéricas, no geral, permitem exceções às generalizações que expressam:

(05) Maria fuma após as refeições.

(06) Laranja contém vitamina C.

A sentença (05) é verdadeira mesmo que após uma ou outra refeição Maria não fume. O mesmo acontece em (06), que não será considerada falsa se existir, ocasionalmente, uma laranja sem vitamina C¹.

Já o operador universal constrói um mundo onde não há exceções². Vejamos as sentenças universalmente quantificadas correspondentes a (05) e (06):

¹ Para uma discussão detalhada das diferenças entre sentenças genéricas e universais ver Dias (2001).

² Essa interpretação sobre a quantificação universal foi dada por Pires de Oliveira em conversa particular.

(07) Maria sempre fuma após as refeições.

(08) Toda laranja contém vitamina C.

Com *sempre e toda laranja* o falante apresenta o mundo como se não houvesse exceções, como se as sentenças expressassem leis categóricas. Neste caso, se Maria deixar um dia de fumar após as refeições, a sentença será falsa. Se cientistas criarem uma única laranja que não contenha vitamina C, a sentença (08) será falsa. Com o universal não pode haver exceções.

Um outro aspecto a ser comentado é que o operador genérico não pode ser restringido contextualmente, ao contrário do quantificador universal, que pode admitir restrições contextuais. As sentenças a seguir são de Krifka et al. (1995) e exemplificam esse aspecto:

(09) a. Every / Each professor wears a tie.

Todo professor veste uma gravata.

b. At UCLA, every / each professor wears a tie.

Na UCLA, todo professor veste uma gravata.

A sentença (09a) não precisa necessariamente significar que todo professor no mundo usa uma gravata, mas pode significar que cada um dos professores em um grupo restringido contextualmente, como no caso os professores da UCLA, usam uma gravata. Esta restrição contextual pode ser explícita ou implícita.

(10) a. A professor (always / usually / often / seldom) wears a tie.

Um professor (sempre/usualmente/freqüentemente/raramente) veste uma

gravata.

b. At UCLA, a professor (always / usually / often / seldom / Ø) wears a tie.

Na UCLA, um professor (sempre/usualmente/freqüentemente/raramente/Ø) veste uma gravata.

Com o quantificador adverbial em (10), a restrição contextual implícita não é possível.

Observe como em certas circunstâncias (09a) pode ser usado com uma restrição implícita para significar o mesmo que (09b) significa. No entanto, não podemos usar (10a) para significar (10b), isso porque a sentença genérica expressa regularidades, especifica uma regularidade essencial e como tal não admite restrições contextuais. Neste caso, a restrição deve ser dita explicitamente.

Delimitamos, deste modo, a classe de sentenças que nos interessa: as sentenças genéricas, as quais expressam generalizações, padrões que comportam exceções.

1.2 DOIS TIPOS DE GENERICIDADE

Krifka et al. (1995) afirmam que há dois tipos bem distintos de genericidade nas línguas naturais. O primeiro é a referência a uma espécie (*Kind*) realizada através dos sintagmas nominais genéricos e o segundo é através das sentenças genéricas (*characterizing sentences*), que reportam um tipo de propriedade geral.

Passemos à análise das duas variedades:

Os sintagmas nominais genéricos referem-se a uma espécie (*Kind*), a toda uma classe de entidades, não a cada uma em particular, nem a um grupo de entidades.

(11) **O feijão** foi cultivado pela primeira vez há mais de 7 mil anos.

O sintagma nominal (SN) destacado designa a espécie feijão e não um feijão em particular ou uma determinada quantidade de feijão.

(12) **O computador** foi introduzido para facilitar a vida do homem.

Em (12) também temos referência a uma classe, no caso, a dos computadores. Nas sentenças (11) e (12) temos eventos pontuais – veja que elas estão no pretérito perfeito - e a genericidade é marcada através dos SNs genéricos.

Na sentença genérica, a generalização é obtida pela sentença como um todo, isto é, os sintagmas nominais envolvidos não precisam necessariamente denotar espécies. Isso porque a sentença genérica reporta uma propriedade geral, uma regularidade que transcende fatos particulares.

(13) Feijão contém ferro.

(14) Gaúchos tomam chimarrão.

(15) Um gaúcho toma chimarrão.

(16) Ana cochila após as refeições.

A afirmação de que a genericidade nas sentenças genéricas independe da presença de SNs genéricos fica clara com a sentença (16), em que Ana é um indivíduo em particular, a generalização designa repetição de um padrão de eventos e é obtida através do verbo no

presente do indicativo³. Nas sentenças (13), (14) e (15) afirmam-se propriedades gerais do feijão e do gaúcho, que transcendem fatos particulares.

Como se pôde notar a genericidade, tanto sentencial quanto a do SN, pode ser expressa através de sintagmas nominais de diferentes tipos:

- a) O sintagma nominal com artigo definido, o **definido genérico**, exemplificado com a sentença (11), repetida aqui por conveniência:

(11) **O feijão** foi cultivado pela primeira vez há mais de 7 mil anos.

- b) O sintagma nominal com artigo indefinido, o **indefinido genérico**:

(17) **Um italiano** bebe vinho.

- c) O sintagma nominal singular sem artigo, o **singular nu**.

(18) **Laranja** evita resfriados. (*Magali*, ed. Globo, 2000, p.27)

- d) O sintagma nominal plural sem artigo, o **plural nu**.

(19) **Laranjas** evitam resfriados.

Como veremos, apenas em (11) a genericidade é garantida exclusivamente pelo SN,

³ Sobre o tempo verbal em sentenças genéricas, ver Capítulo 3.

que caracteriza uma espécie. É por isso que a sentença pode ser perfectiva. Comentaremos esse fato mais adiante na questão do tempo verbal.

1.3 TESTES PARA CARACTERIZAR SENTENÇAS GENÉRICAS E SINTAGMAS NOMINAIS GENÉRICOS

Krifka et al. (1995) indicam alguns testes para distinguir um SN genérico de um SN não genérico e uma sentença genérica de uma particular. São cinco testes que devem ser aplicados com bom senso, sendo apenas indicativos e não criteriosais.

O primeiro teste serve para distinguir sentenças genéricas de sentenças particulares através da inclusão de advérbios do tipo *usualmente* ou *tipicamente*. Se a sentença puder acontecer combinada com esses dois advérbios, será considerada genérica:

- (20) a. O cigarro faz mal à saúde.
- b. O cigarro **tipicamente** faz mal à saúde.
- (21) a. Professores são mal-remunerados.
- b. Professores **geralmente** são mal-remunerados.
- (22) a. Um gato caça ratos.
- b. Um gato **usualmente** caça ratos.

Na verdade, se a sentença analisada é genérica, então os advérbios como *tipicamente*, *usualmente* e *geralmente* apontam explicitamente para o fato de que pode haver exceções à regra que a sentença expressa. Esses advérbios não combinam nem com as sentenças particulares, nem com as quantificadas universalmente. Krifka et al. (1995) não comentam a

respeito da quantificação universal, essa é uma conclusão nossa. Dessa forma, em situações onde a inclusão do advérbio muda drasticamente o significado da sentença, não estamos diante de sentenças genéricas, mas sim de particulares ou universais. As sentenças a seguir são exemplos de sentenças particulares:

- (23) a. Um rato apareceu na cozinha.
 b. * Um rato **geralmente** apareceu na cozinha.⁴
- (24) a. Cavalos acabam de chegar à fazenda.
 b. * Cavalos **tipicamente** acabam de chegar à fazenda.
- (25) a. Um cão está dormindo no sofá.
 b. * Um cão **usualmente** está dormindo no sofá.

Nas sentenças (23), (24) e (25) o advérbio provocou a alteração de um evento específico para uma regra geral, o que tornou as sentenças inaceitáveis. Isso porque o advérbio torna a sentença genérica, estabelecendo uma regra geral e, então, torna-se incompatível com a descrição de um evento específico (pontual). Se pensarmos nas sentenças quantificadas universalmente, como a sentença (26), veremos que a inclusão do advérbio *geralmente* torna também a sentença inaceitável.

- (26) * Todo homem **geralmente** morre.

No entanto, em uma sentença como (27), esse advérbio parece possível de ocorrer:

⁴ O asterisco denotará, neste trabalho, que a sentença não é interpretável.

(27) Todo homem **geralmente** é machista.

Nesse caso, parece que o *geralmente* ou cancela ou modaliza a quantificação universal, alterando, portanto, o sentido da sentença. Essa possibilidade ocorre devido ao tipo de predicado: *ser machista* não é essencial aos homens, ao passo que *morrer* é.

O segundo teste determina que tipos de sintagmas nominais podem ser utilizados como termos que se referem a espécie (*Kind referring*). Um SN será genérico se pudermos empregá-lo com predicados-de-espécie (*Kind predicates*), isso porque esses predicados exigem que um de seus argumentos denote espécie. São exemplos desse tipo de predicado: *estar extinto* ou *ser uma espécie de* que exigem sujeito denotando espécie, e *inventar*, que pede um objeto denotando espécie:

(28) **O lobo-guará** logo estará extinto.

(29) **O leão** é uma espécie de felino.

(30) **O tubarão** é uma espécie de animal marítimo.

(31) Thomas Edison inventou **a lâmpada**.

(32) Thomas Edison inventou **uma lâmpada**. (A sentença (32) pode expressar genericidade somente em sua leitura taxonômica – um tipo de lâmpada)

(33) * Thomas Edison inventou **lâmpada**.

(34) * Um gato é uma espécie de felino. (A sentença (34) só expressa genericidade em sua leitura taxonômica – um tipo de gato).

(35) Gato é uma espécie de felino.⁵

⁵ Sentenças como (35) serão discutidas no próximo capítulo, pois acreditamos que elas são possíveis no PB.

O terceiro teste ajuda também a diferenciar sintagmas nominais genéricos de sintagmas nominais não genéricos. Baseia-se no fato de que para ser SN genérico é preciso que seja semanticamente conectado com uma espécie bem estabelecida. Os exemplos arrolados a seguir são de Krifka et al. (1995):

(36) a. The Coke bottle has a narrow neck.

A garrafa de coca tem um gargalo estreito.⁶

b. ?? The green bottle has a narrow neck.

?? A garrafa verde tem um gargalo estreito.

Em (36a) temos uma espécie bem estabelecida (*a garrafa de coca*) e por isso a leitura preferida é a de espécie. Ao passo que (36b) favorece uma interpretação específica porque *a garrafa verde* é uma espécie pouco estabelecida.

O quarto teste ajuda a diferenciar sentenças genéricas de sentenças particulares. Sentenças genéricas expressam regularidades, não eventos particulares e também são tipicamente estativas ao passo que as particulares são não-estativas. Uma sentença particular pode conter SN genéricos, pois esses SNs podem ocorrer com predicados dinâmicos. Desse modo, um predicado tipicamente episódico só expressará genericidade se possuir um SN genérico:

(37) a The rat was (just) reaching Australia in 1770.

O rato (só) estava alcançando a Austrália em 1770.

b. Rats were (just) reaching Australia in 1770.

⁶ Adotamos, nessa pesquisa, a tradução literal das sentenças.

Ratos (só) estavam alcançando a Austrália em 1770.

c. Rice was being introduced into East Africa several centuries ago.

? Arroz estava sendo introduzido no Leste da África muitos séculos atrás.

d. A rat was reaching Australia in 1770. (leitura taxonômica)⁷.

Um rato estava alcançando a Austrália em 1770.

O quinto teste também ajuda-nos a distinguir sentenças genéricas de sentenças particulares. Sentenças genéricas expressam propriedades essenciais, enquanto sentenças particulares expressam propriedades acidentais.

(38) Um cavalo tem quatro patas.

(39) Girafa tem pescoço comprido.

As sentenças (38) e (39) são verdadeiras mesmo que existam cavalos com três patas e girafas com pescoços curtos, porque elas expressam padrões. Isso porque é uma propriedade do cavalo ter quatro patas, assim como ter pescoço longo é essencial à girafa.

Podemos acrescentar a esse teste a observação de que as sentenças genéricas também apresentam propriedades típicas:

(40) Gaúcho toma chimarrão.

(41) Japonês é inteligente.

Embora Krifka et al. (1995) só falem sobre propriedades essenciais, em (40) e (41)

⁷ As sentenças 37 a-d foram retiradas de Krifka et al., p. 12.

temos propriedades típicas a respeito do gaúcho e do japonês, pois o hábito de tomar chimarrão é típico entre os gaúchos e o senso comum afirma que ser inteligente é “característico” da raça japonesa.

Entre as sentenças particulares, há uma distinção entre sentenças estativas e dinâmicas.

As sentenças estativas expressam um estado em que o sujeito se encontra:

(42) Simba is in the cage.

Simba está na jaula.

(43) The lion is in the cage next to the tiger.

O leão está na jaula junto ao tigre.

Já as sentenças dinâmicas reportam um evento em que o sujeito está envolvido:

(44) Simba roared.

Simba rugiu.

(45) The Lion disappeared from Asia.

O leão desapareceu da Ásia.

Essa distinção é neutralizada para as sentenças genéricas, porque elas são sempre estativas. Entre as sentenças genéricas, há a distinção entre sentenças genéricas habituais e lexicais. Intuitivamente, sentenças habituais generalizam sobre padrões de eventos como um componente de seus significados. É o caso das sentenças abaixo:

(46) Simba (usually) roars when he smells food.

Simba (usualmente) ruge quando ele fareja comida.

(47) A lion (usually) roars when it smells food.

Um leão (usualmente) ruge quando ele fareja comida.

(48) A predatory cat (the leopard) (usually) is exterminated when it is dangerous to people.

Um gato predador (o leopardo) (usualmente) é exterminado quando ele é perigoso para as pessoas.

(49) The lion (usually) roar when it smells food.

O leão (usualmente) ruge quando ele fareja comida.

Nas sentenças lexicais, onde ocorrem muitos dos verbos que formam sentenças estativas, a generalização parece ser sobre propriedades de caracterização de indivíduos de uma espécie:

(50) A lion (usually) weighs more than 200 lbs.

Um leão (usualmente) pesa mais que 200 lbs.

(51) The lion weighs more than most animals.

O leão pesa mais que a maioria dos animais.

(52) A predatory cat (the lion) (usually) knows its young.

Um gato predador (o leão) (usualmente) conhece sua cria.

(53) Simba has a mane.⁸

Simba tem uma juba.

⁸ As sentenças (42) – (53) estão em Krifka et al. (1995), p. 18.

1.4 A GENERICIDADE NA LÍNGUA INGLESA

No inglês, muitos nomes contáveis definidos singulares, plurais nus e nomes de massa⁹ podem ser considerados como SNs genéricos¹⁰:

(54) a. **The lion** is a predatory cat.

O leão é um gato predador.

b. **Lions** are predatory cats.

Leões são gatos predadores.

c. **Gold** is a precious metal.

Ouro é um metal precioso.

Com leitura taxonômica os SNs também podem ser interpretados como genéricos, inclusive quando os SNs aparecem com o indefinido singular. É o que exemplifica a sentença abaixo:

(55) **One metal**, namely copper, went strongly up on the market yesterday.

Um metal, mais especificamente o cobre, subiu muito na cotação do mercado ontem.

É claro que esses SNs (definido singular, plural nu, singular nu e indefinido singular) não precisam somente se referir a espécies (*Kinds*), podem também denotar indivíduos

⁹ Termos de massa referem-se a nomes comuns “incontáveis”, ou seja, que não possuem partes bem definidas (Borges Neto, no prelo).

¹⁰ Nossa exposição sobre a genericidade na Língua Inglesa baseia-se em Krifka et al. (1995), bem como nos utilizamos de seus exemplos, com exceção da sentença (64).

particulares. Mas nesse caso não estamos mais diante do fenômeno da genericidade e sim diante de sentenças particulares:

(56) The lion / Lions escaped yesterday from the Hellabrunn zoo.

O leão/Leões escaparam ontem do zoológico Hellabrunn

(57) Gold was stolen in yesterday's bank robbery.

Ouro foi roubado no assalto de ontem ao banco.

(58) A cat was sitting on the mat when John arrived at home.

Um gato estava sentado no tapete quando João chegou em casa.

O SN *man* (não o nome comum), como em (60), é um SN que somente pode ser interpretado como genérico no inglês:

(59) **Man** has lived in Africa for more than 2 million years.

? Homem tem vivido na África por mais de 2 milhões de anos.

Há outros casos como *this kind of tiger* e *each species of fish* que são inequívocos SNs com interpretação genérica.

No inglês, sentenças com predicados verbais no presente simples, no passado ou futuro podem admitir tanto a leitura genérica quanto a particular, pois as sentenças genéricas, assim como os SNs genéricos, não vêm claramente marcadas.¹¹

Krifka et al. (1995) nos alertam a respeito de algumas distinções aspectuais: as sentenças progressivas e as perfectivas mostram uma tendência à interpretação particular :

¹¹ Ver capítulo 3.

(60) John **is smoking** / **has smoked** a pipe.

João **está fumando** / **tem fumado** um cachimbo.

Os autores afirmam ainda que há construções que reforçam uma leitura genérica como os advérbios *usualmente, sempre, algumas vezes, nunca, tipicamente*.

(61) John **always** / **often** / **rarely** / **never** smokes a pipe.

João **sempre** / **freqüentemente** / **raramente** / **nunca** fuma um cachimbo.

Pode-se também perceber a tendência previamente notada de sentenças progressivas apresentarem interpretações não-genéricas:

(62) John **is usually** / **always** / **often** smoking a pipe.

João está **usualmente** / **sempre** / **freqüentemente** fumando um cachimbo.

No tempo passado existe uma construção auxiliar que marca a leitura genérica. Os autores afirmam que construções semelhantes são encontradas em muitas outras línguas:

(63) John **used to** smoke a pipe.

João **costumava** fumar um cachimbo.

É este, sem dúvida, o caso do PB e o predicado **costumar**:

(64) João **costumava** fumar cachimbo¹².

Nomes agentivos têm um significado genérico, e então sentenças que possuem nomes agentivos como predicado serão conseqüentemente genéricas:

(65) John is a **pipe smoker**.

João é um **fumante de cachimbo**.

A derivação de adjetivos deverbais usando –able (-ável, -ível) marca predicados e sentenças genéricas:

(66) This book is **readable**.

Este livro é **legível**.

Predicados verbais na voz média têm uma interpretação genérica:

(67) This shirt **washes easily**.

Esta camisa **lava facilmente**.

Existem também algumas maneiras idiossincráticas para descrever generalizações genéricas pelo uso de itens lexicais especiais:

¹² O predicado *costumar* parece construir o fenômeno da genericidade. Esse talvez seja outro teste para caracterizar sentenças genéricas:

Cavalo costuma comer capim.

João costuma fumar cachimbo.

* João costuma sair cedo ontem.

(68) a. John **has an inclination** to smoke a pipe.

João **tem uma inclinação** a fumar cachimbo.

b. Mary **has the habit** of carrying an umbrella with her even when the sun is shining.

Maria **tem o hábito** de carregar uma sombrinha com ela mesmo quando o sol está brilhando.

c. Sue **has the disposition / is disposed** to get the flu in winter.

Sue **tem a disposição / é disposta** a pegar gripe no inverno.

d. Bill **frequents** that pub over there.

Bill **freqüenta** aquele bar lá adiante.

e. Milk **tends** to sour during thunderstorms.

Leite **tende** a azedar durante tempestades.

f. **Your typical** Australian drinks too much beer.

Um australiano **típico** bebe muita cerveja.

Como já notamos, sentenças genéricas não restringem que tipos de SNs podem ocorrer nelas mesmas, ou seja, podemos encontrar em sentenças genéricas: nomes próprios, SNs definidos singulares, SNs quantificados, plurais nus e singulares nus.

(69) a. **John / My brother** drinks whiskey.

João / Meu irmão bebe uísque.

b. **A professor** drinks whiskey.

Um professor bebe uísque.

c. **Every professor** drinks whiskey.

Todo professor bebe uísque.

d. **Professors** drink whiskey.

Professores bebem uísque.

e. **Milk** is healthy.

Leite é saudável.

1.5 SOLUÇÕES FORMAIS PARA A GENERICIDADE

Nesta seção apresentaremos as principais soluções formais para as sentenças genéricas. Nossa apresentação baseia-se, mais uma vez, em Krifka et al. (1995):

Na primeira teoria semântica de sentenças genéricas, a genericidade é descrita como um operador de sintagma verbal que tem como seu argumento um predicado verbal ordinário e resulta em um predicado genérico. Esta é a “análise monádica”. Lawler (1972), Dahl (1975) and Carlson (1977 a, b) citados por Krifka et al. (1995) postulam operadores de generalização que transformam um predicado particular em um genérico. Exemplos:

- | | | |
|---------|--------------------------|--|
| (70) a. | John is smoking. | Smoke (John) |
| | João está fumando. | |
| b. | John smokes. | Gn (smoke) (John) |
| | João fuma. | |
| (71) a. | Italians are smoking. | $\exists x$ [italians (x) & smoke (x)] |
| | Italianos estão fumando. | |
| b. | Italians smoke. | Gn (smoke) (Italians) |
| | Italianos fumam. | |

Nas sentenças acima *smoke* é um predicado particular e *Gn (smoke)* é o predicado genérico derivado pelo acréscimo do operador. A sentença (71a) assume que *italians* é um predicado aplicado para italianos e que *Italians* em (71b) refere-se a espécie (*Italianos – Homo sapiens italicus*).

Carlson desenvolveu uma teoria onde há três tipos básicos de entidades: objetos ordinários, espécies (*Kinds*) e estágios (partes temporais de um indivíduo). Postula-se uma relação **R** de realização que se mantém entre estágios e seus indivíduos associados. O autor introduziu ainda dois tipos de predicado: o predicado de indivíduo (*individual – level*) que se refere a indivíduos (*Kinds* ou objetos) e indicam propriedades estáveis como, por exemplo, *saber português* ou *estar extinto* e o predicado de estágio (*stage – level*) que são predicados não estativos, ou seja, predicados episódicos como *falando português*. Uma sentença como *John está fumando* pode ser parafraseada como: *Há um estágio de João que está engajado em fumar*. Já uma sentença como *João sabe português* não pode seguir este caminho porque ela não expressa uma proposição relativa a um estágio de João.

Seguindo esse pensamento de Carlson, as traduções das sentenças (70) e (71) não são, portanto, suficientemente explícitas (o predicado *smoke* somente se aplica diretamente a estágios). Então precisamos redefinir que para João estar fumando, há estágios de João fumar. Predicados estativos como *saber português*, ao contrário, já se aplicam diretamente a objetos, porque são propriedades desses objetos. Assim:

- | | |
|----------------------------|--|
| (72) a. John Knows French. | Know. French (John) |
| João sabe francês. | |
| b. John is smoking. | $\exists y^s [R (y^s, \text{John}) \ \& \ \text{smoke} (y^s)]$ |
| João está fumando. | |

c. Italians are smoking. $\exists y^s [\mathbf{R} (y^s, \text{Italians}) \ \& \ \text{smoke} (y^s)]$

Italianos estão fumando.

Pode-se introduzir o operador **Ep** nas sentenças episódicas que mapeia predicados de estágios para suas derivadas formas de predicado de indivíduo. O **Ep** pode ser definido como $\lambda\rho\lambda x\exists y^s[\mathbf{R}(x,y)\&\rho(y)]$, onde y é uma variável sobre estágios, x é uma variável sobre indivíduos e p é um predicado qualquer.

(72) b' Ep (smoke) (John)

(72) c' Ep (smoke) (Italians)

As sentenças (72b) e (72b') afirmam que há um estágio do objeto John que está engajado em fumar. Do mesmo modo (72c) e (72c') indicam que há um estágio da espécie Italiano que está engajado em fumar.

Nesse modelo, a regra do genérico fica assim estabelecida:

“Whenever **Gn** (α) (β) holds, there are several times t and realizations y of β , $\mathbf{R} (y, \beta)$, such that $\alpha (y)$ holds at t .” (Krifka et al., 1995, p. 22).

Por apresentar problemas quanto ao tratamento das sentenças genéricas, a teoria do Operador Genérico Monádico foi substituída pela do Operador Genérico Diádico. Carlson (1989) apresenta a nova teoria tentando solucionar o problema das sentenças genéricas que apresentam mais de uma leitura genérica. O operador diádico pode ser visto como um advérbio quantificacional, ou seja, um operador adverbial que relaciona um conjunto de

condições (contendo uma ou mais variáveis) para outro conjunto (o qual pode compartilhar algumas variáveis com o primeiro grupo). Deste modo, se **Q** é um quantificador adverbial diádico, a forma geral da quantificação é :

(73a) $Q [x_1, \dots, x_i; y_1, \dots, y_j]$ (Restrictor $[x_1, \dots, x_i]$; Matriz $[\{x_1\}, \dots, \{x_i\}, y_1, \dots, y_j]$)

x_1, \dots, x_i são variáveis para serem ligadas por **Q** e y_1, \dots, y_j são as variáveis a serem ligadas existencialmente com o escopo na matriz. Assim (73a) é equivalente a (73b).

(73b) $Q [x_1, \dots, x_i]$ (Restrictor $[x_1, \dots, x_i]$; $\exists y_1, \dots, y_j$ Matriz $[\{x_1\}, \dots, \{x_i\}, y_1, \dots, y_j]$)¹³.

Segundo Krifka et al. (1995), se GEN é o quantificador genérico implícito de sentenças genéricas onde falta um advérbio quantificacional explícito, então as leituras de uma sentença como (74) podem ser formalizadas em (74a) e (74b):

(74) Typhoons arise in this part of the Pacific.

Tufões aparecem nesta parte do Pacífico.

a. **GEN [x;y] (x are typhoons; y is this part of the Pacific & x arise in y).**

Com a formalização (74a) temos a interpretação de que *tufões geralmente aparecem nesta parte do Pacífico*.

¹³ (73a) e (73b) foram retiradas de Krifka et al. (1995), p. 26.

- b. **GEN [x;y] (x is this part of the Pacific; y are typhoons & y arise in x)**
 = **GEN [x;] (x is this part of the Pacific; $\exists y$ [y are typhoons & y arise in x])**

Em (74b) temos a leitura de que *nesta parte do Pacífico há geralmente tufões*.

O operador monádico não daria conta de representar essa ambigüidade, pois só geraria a primeira interpretação de (74). Daí a necessidade de se trabalhar com o operador diádico, que possui os dois constituintes (a restrição e a matriz), porque ele é capaz de capturar as diferentes leituras de uma mesma sentença genérica.

O quantificador genérico, de acordo com a análise diádica, quantifica sobre indivíduos, mas pode também quantificar sobre situações ou ocasiões ou casos. Essa noção foi introduzida por Lawler (1972) e refinada por Schubert and Pelletier (1989). Vejamos a sentença a seguir:

- (75) a. Mary smokes when she comes home.

Maria fuma quando ela chega em casa.

- b. **GEN [s, x;] (x = Mary & x comes home in s; x smokes in s).**

A formalização da sentença (75) nos diz que, em geral, se há uma situação de Maria chegando em casa, ela fumará naquela situação. O *s* é a variável para situações. Essa generalização sobre situações em sentenças genéricas condicionais é bem natural, já as sentenças simples como (76) são mais complicadas porque o restritor está implícito, mas pode ser entendido como referindo-se a situações normais com relação a fumar.

- (76) Mary smokes.

Maria fuma.

GEN [s, x;] (x = Mary & s is a normal situation with respect to smoking & s contains x; y smokes in s).

Nessa formalização encontramos a leitura de que em uma situação normal de fumar, Maria normalmente fuma.

Müller explica esta análise das sentenças sobre o escopo de um operador genérico que toma dois argumentos (a restrição e a matriz): “As variáveis antes do ponto e vírgula são aquelas que são ligadas pelo operador genérico GEN e as variáveis depois do ponto e vírgula são aquelas que só ocorrem dentro da matriz e são ligadas pelo quantificador existencial” (no prelo, p.10). A autora ilustra essa análise através da interpretação das seguintes sentenças:

- (77) a. Um milionário é muito poderoso.
 b. GEN [x;] (x é um milionário; x é muito poderoso).

Em (77) o GEN liga a única variável presente.

- (78) a. Um homem que se sente só compra um gato.
 b. GEN [x;y] ((x é – homem & x se – sente – só); (y é gato & x compra y)) =
 GEN [x;y] ((x é – homem. & x se – sente – só); $\exists y$ (y é gato & x compra y)).

Em (78) existe uma única variável que é ligada por GEN, a outra variável participa apenas da oração e é ligada pelo operador existencial.

1.5 SOLUÇÕES SEMÂNTICAS DO GEN

Atualmente, só se aplica a teoria do GEN como operador diádico – GEN [α ; β] -, pois, como vimos, ela consegue explicar melhor o fenômeno da genericidade. Entretanto, não há um consenso sobre o sentido do operador genérico e existem vários tipos de soluções formais que procuram explicar o que esse operador significa. Passaremos a seguir a uma breve exposição dessas abordagens, baseada em Krifka et al. (1995):

(i) Quantificação Relevante

De acordo com uma avaliação pragmática¹⁴ da realidade, o GEN pode ser analisado como quantificação sobre entidades relevantes. Essa teoria parte do princípio que quando se faz uma declaração sobre um conjunto, o ouvinte usa seu conhecimento de mundo para restringir essa declaração apenas àqueles membros do conjunto a quem pode ser aplicada adequadamente tal declaração (Derleck, 1991).

Considerando a sentença (79), temos a seguinte formalização:

(79) Whales gives birth to live young.

Baleias dão a luz a jovens vívidos.

$\forall x[\text{whale}(x) \ \& \ \mathbf{R}(x) \rightarrow x \ \text{gives birth to live young}]$

Nosso conhecimento de mundo restringe a avaliação da sentença (79) apenas às baleias

¹⁴ Segundo Pires de Oliveira (2001, p.50) “à pragmática cabe o estudo sobre possíveis intenções de um falante ao proferir algo, que ações ele pretende desencadear com seu ato lingüístico.”

fêmeas. Essa restrição é capturada na formalização desta abordagem, que diz que *dar a luz* será uma predicação somente sobre fêmeas, não-estéreis e isso é expresso pela variável de restrição **R**. Nessa perspectiva, sentenças genéricas carregam sempre uma restrição aos elementos relevantes.

No entanto, Krifka et al. (1995) apontam que essa solução não é satisfatória porque o princípio dessa abordagem pode facilmente justificar todos os tipos de sentenças genéricas.

Observe a sentença (80):

(80) Whales are sick.

Baleias estão doentes.

A sentença (80) poderia ser considerada uma genérica verdadeira segundo esse princípio, pois poderíamos considerar o **R** como o predicado *sick* e a sentença restringiria a quantificação às baleias doentes. Teríamos, portanto, resultados insatisfatórios.

(ii) Protótipos

Esta teoria propõe um tratamento às sentenças genéricas que leva em conta a noção de protótipos. Assim, uma sentença genérica é considerada como uma quantificação universal sobre elementos prototípicos de um conceito. Um elemento prototípico é um elemento modelo, exemplar. Por exemplo, pardal é o prototípico de “passarinho”.

Uma sentença como “*Um gato tem rabo*” (*A cat has a tail*) poderia ser parafraseada como “*Todo gato prototípico tem rabo*”. Esta análise de Platteau (1980), Nunberg e Pan (1975) e Heyer (1985, 1987, 1990) restringe a extensão de um predicado para as entidades que são prototípicas desse predicado:

(81) A cat has a tail.

? Um gato tem um rabo.

$\forall x[\mathbf{TYP}(\mathbf{cat})(x) \rightarrow \exists y[\mathbf{y\ is\ a\ tail\ \&\ x\ has\ y}]]$

Utilizando o operador **TYP**, o GEN pode ser definido como um quantificador universal que atuaria sobre protótipos. Exemplo:

(82) **GEN** $[x_1, \dots, x_i; y_1, \dots, y_j](\mathbf{Restrictor}; \mathbf{Matrix})$ is true if and only if

$\forall x_1, \dots, x_i[\mathbf{TYP}(\lambda x_1 \dots x_i \mathbf{Restrictor}\{x_1, \dots, x_i\})(x_1, \dots, x_i) \rightarrow$

$\exists y_1 \dots y_j \mathbf{Matrix}[\{x_1\}, \dots, \{x_i\}, y_1, \dots, y_j]]$

Krifka et al. (1995) apontam um problema para essa abordagem, que será comentado a partir da sentença (83):

(83) a. A duck has colorful feathers.

Um pato tem penas coloridas.

$\forall x[\mathbf{TYP}(\mathbf{duck})(x) \rightarrow \mathbf{x\ has\ colorful\ feathers}]$

b. A duck lays whitish eggs.

Um pato bota ovos esbranquiçados.

$\forall x[\mathbf{TYP}(\mathbf{duck})(x) \rightarrow \mathbf{lays\ whitish\ eggs}]$

Em primeiro lugar, essa abordagem substitui o enigma de determinar a semântica das sentenças genéricas por outro que é o de determinar a semântica do **TYP**. Afmal, o que é um

homem típico? Em segundo lugar, as sentenças acima mostram que somente os patos possuem penas coloridas e apenas as patas botam ovos esbranquiçados. Os conjuntos de patos e patas são disjuntos, assim o predicado **TYP(duck)** não se aplica a nenhum objeto. Com isso teríamos uma conseqüência lógica, extremamente desfavorável, de que nenhuma sentença genérica da forma “*A duck Fs*” “*Um pato FS*” seria verdadeira, porque o antecedente do quantificador universal sempre seria falso.¹⁵

Existem meios de a teoria dos protótipos evitar esse problema. Um deles envolve a negação da idéia fundamental de que os prototípicos de um predicado incluem todos os exemplares típicos do predicado, mas sim construir um exemplar especial (ou grupos de exemplares especiais) para cada conceito. Outra maneira, desenvolvida por Landman (1986b), envolve o uso da noção de parcial. Tais soluções não serão aqui descritas.

(iii) Estereótipos

Esta abordagem analisa sentenças genéricas como se expressassem estereótipos (estereótipos são obtidos por processos que se tornam fixos, inalteráveis):

(84) a. A lion has a mane.

? Um leão tem uma juba.

b. A lion is male.

Um leão é macho.

Observando as sentenças (a) e (b), concluímos que a (a) é verdadeira e a (b) é falsa. Deparamo-nos com uma questão: por que (b) é falsa se existem muito mais leões machos do

¹⁵ Em português, nesse caso, talvez fosse diferente porque temos “pato” e “pata”.

que leões com juba? A resposta vem de Geurts (1985) e Derlerck (1986), citados por Krifka et al. (1995), que explica que (a) “expresses a stereotype about lions in our culture: it is part of our linguistic knowledge about the kind *Leo leo* that is has a mane”(1995, p.48). Assim, para a compreensão do operador genérico é necessário investigar a formação de estereótipos.

Porém, nessa abordagem, há o problema de que as normas culturais são a origem das propriedades estereotípicas e também de que os estereótipos são ligados a conceitos fixados e bem estabelecidos. Uma sentença como *Pedro fuma quando chega em casa* requer uma generalização sobre situações em que Pedro chega em casa e pode ser compreendida mesmo que o ouvinte não tenha um estereótipo das situações em que Pedro chega em casa. Se essa teoria estivesse correta, o GEN não teria uma interpretação uniforme, ou haveria diferentes operadores genéricos, também uma solução indesejável.

(iv) **Interpretações Modalizadas**

Esta abordagem utiliza a semântica de mundos-possíveis na análise das sentenças genéricas (Dahl 1975, Nunberg & Pan 1975, Heim 1982, Delgrande 1987, 1988). Assim, uma sentença genérica assemelha-se às sentenças condicionais. Uma sentença como *Um leão tem juba* pode ser parafraseada como *Se algo é um leão, tem juba*. Heim citada por Krifka et al.(1995) interpreta as sentenças genéricas e condicionais como contendo uma quantificação modal. Kratzer citada por Krifka et al. 1995) distingue três parâmetros de operadores modais nas línguas naturais. O primeiro parâmetro, a relação modal, distingue os operadores de necessidade (*must*) da classe dos operadores de possibilidade (*may e can*). O segundo parâmetro, chamado base modal (*conversational backgroud*), é uma função que mapeia um mundo possível a um conjunto de mundos possíveis. É a relação de acessibilidade para mundos possíveis na lógica modal. Uma sentença como a (85) pode ser interpretada a partir de

diferentes bases modais:

(85) John must have a car.

João deve ter um carro.

- a. Epistemic modality: Given the evidence we have (e.g., that John was in Tübingen at 5:00 and in Stuttgart at 5:30), it is necessary that John has a car.
- b. Deontic modality: In order to achieve some goal (e.g., to be a salesperson), it is necessary that John has a car.
- c. Instrumental modality: In order to achieve some goal (e.g., commuting between Tübingen and Stuttgart), it is necessary that John has a car. (Krifka et al., 1995, p.50)

A base modal é frequentemente não especificada, pode ser estabelecida pelo contexto, mas pode vir especificada por expressões como *em vista do que sabemos*, ou *de acordo com as normas da companhia para vendedores*, ou *dado que não há outros meios de transporte*.

Esses dois parâmetros precisam ser complementados pelo terceiro: a fonte de ordenação, responsável por uma ordenação entre os mundos possíveis. Tomando como exemplo a sentença (85), sua interpretação epistêmica dirá, baseada em tal ordenação, que mundos onde John usa um helicóptero ou em que ele lança mão de bruxarias são mais anormais do que os mundos em que ele usa um carro.

A partir desses três parâmetros, podemos definir o operador modal de necessidade **must** e o operador de possibilidade **may**, respectivamente em (86) e (87):

(86) **Must** Φ é verdadeiro no mundo w com relação a uma base modal B_w e uma fonte de ordenação \leq_w ('ser no mínimo tão normal quanto') sob a seguinte condição:

Para todo mundo w' em B_w há um mundo w'' em B_w tal que $w'' \leq_w w'$, e para todo outro $w''' \leq_w w''$, Φ é verdadeiro em w''' .

(87) **May** Φ é verdadeiro em w com relação a uma B_w e \leq_w se e somente se não é o caso que **must not** – Φ é verdadeiro em w com relação à $B_w \leq_w$.

Segundo essa abordagem, podemos assumir que as sentenças condicionais contêm um operador modal (esse operador pode ser visível ou não):

(88) a. If John is in Stuttgart now, he must/may/could have a car.

Se João está em Stuttgart agora, ele deve/pode/poderia ter um carro.

b. Maybe/possibly, if John is in Stuttgart now, he has a car.

Talvez / possivelmente, se João está em Stuttgart agora, ele tem um carro.

c. If John is in Stuttgart now, he has a car.

Se João está em Stuttgart agora, ele tem um carro.

Em (88c) o operador não-visível é o de necessidade **must**, pois se João está em Stuttgart agora, deve ter um carro. Sem dúvidas (88c) expressa algo mais forte que (88a) e (88b).

Vimos que uma sentença como *Um leão tem rabo* expressa a mesma proposição, o mesmo conceito de uma sentença condicional como *se algo é um leão, tem rabo*. Em vista disso, podemos estender a semântica modal das sentenças condicionais para as sentenças genéricas que não possuem um quantificador adverbial explícito. Deste modo, a interpretação do operador GEN é a seguinte:

(89) **GEN** [$x_1, \dots, x_j; y_1, \dots, y_j$] (**Restritor; Matriz**) é verdadeiro em w relativo à base modal B_w e uma fonte de ordenação \leq_w se e somente se:

Para todo x_1, \dots, x_j e todo $w' \in B_w$ tal que **Restritor** $[x_1, \dots, x_j]$ é verdadeiro em w' , há um mundo w'' em B_w tal que $w'' \leq_w w'$, e para todo mundo $w''' \leq_w w''$, $\exists y_1, \dots, y_j$ **Matriz** $[\{x_1\}, \dots, \{x_j\}, y_1, \dots, y_j]$ é verdadeiro em w''' .

A formalização de uma sentença como (90) *A Lion has a bushy tail* apenas nos diz que um mundo que contém um leão sem rabo espesso é mais anormal do que um mundo que possua leão com rabo espesso:

(90) GEN $[x;y]$ (**x é um leão; y é um rabo com pêlos na extremidade & x tem y**) é verdadeiro em w relativo à B_w e \leq_w se e somente se:

Para todo x e todo $w' \in B_w$ tal que '**x é um leão**' é verdadeiro em w' , existe um mundo w'' em B_w tal que $w'' \leq_w w'$, e para todo mundo $w''' \leq_w w''$, $\exists y$ [**y é um rabo com pêlos na extremidade & x tem y**] é verdadeiro em w''' .

(v) Situações

Esta abordagem modela as sentenças genéricas a domínios menores que o dos mundos possíveis, pois reduz as restrições a situações. Restrições são relações entre tipos de situações. Essa abordagem trata também as sentenças genéricas como condicionais. Uma sentença como *A pheasant lays speckled eggs* pode ser restrita a situações contendo fêmeas, porque a sentença nos diz algo sobre dar a luz e, portanto apenas sobre fêmeas. Mas nossa consideração somente sobre situações que contenham fêmeas não descarta situações em que existam tanto faisões machos quanto fêmeas:

(91) A pheasant lays speckled eggs.

Um faisão põe ovos pintadinhos.

GEN $[x,s;y]$ (x é um faisão em s ; x Põe y são ovos pintadinhos em s) é verdadeiro com relação ao background ‘ s é uma situação de *dar a luz*’sse:

Para toda situação σ que é uma situação de “dar a luz” é verdade que para qualquer x que é um faisão em σ , há um y que são ovos pintadinhos, e x Põe y em σ .

(vi) Inferências não-monotônicas

A última abordagem é, na verdade, um conjunto de abordagens em desenvolvimento na literatura sobre os raciocínios não-monotônicos tanto no campo da lógica quanto no da inteligência artificial. O termo “não-monotônico” indica que estas estruturas provêm um mecanismo formal que pode impedir uma conclusão prévia quando uma dada nova evidência é incluída. Na linguagem formal uma inferência é não-monotônica se o conjunto de premissas Γ gera conclusão Φ , mas as premissas $(\Gamma \cup \psi)$ não geram conclusão Φ . Krifka et al. (1995) exemplificam da seguinte maneira: imagine que alguém sabe que o supermercado está aberto, que lá tem vinho, que possui dinheiro suficiente para comprá-lo, essa pessoa conclui que pode comprá-lo. Contudo, tal pessoa sabendo que leis municipais proíbem venda de bebidas alcoólicas entre meia-noite e seis horas da manhã e sendo depois da meia-noite naquele momento, a pessoa volta atrás na sua última conclusão.

Se x é um pássaro, podemos inferir que ele pode voar, embora existam muitos tipos de pássaros que são exceções à regra, como por exemplo: pingüins, emas, pássaros mortos ou com asas quebradas. Poderíamos tentar incluir todas essas exceções em nossa regra, dizendo que se x é um pássaro que não é um pingüim, não é uma ema, não está morto, não está com

uma asa quebrada, etc, então ele pode voar. No entanto, poderíamos esquecer de listar todas as exceções. Por isso a abordagem que lista as exceções é inadequada. Poderíamos dizer que x é um pássaro, então ele pode voar, mas cancelamos essa conclusão na mesma hora que sabemos que x é uma ema.

Krifka et al. (1995) afirmam que há três variedades de raciocínio não-monotônico e examinam como esses tipos podem ser usados para explicar as sentenças genéricas e assim os exemplificam:

(92) A bird is feathered.

Um pássaro tem penas.

- a. If x is a bird is true, and if x is feathered can be consistently assumed, then conclude that x is feathered is true.
- b. If x is a bird and it is not know that x is not feathered, then conclude that x is feathered.
- c. If x is a bird, and x is not abnormal for a bird with respect to being feathered, then conclude that x is feathered (1995, p.59).

A sentença (92a) exemplifica uma *default rule*, que é uma regra de inferência que nos permite chegar a uma conclusão c (*x is feathered*) de uma sentença (*x is a bird*), dado que outra sentença b (a então chamada justificção; *x is feathered*) é consistente com os fatos assumidos. Temos o raciocínio autoepistêmico em (92b) que se caracteriza como raciocínio de ausência de conhecimento positivo. Em (92c), o objetivo do raciocínio é cobrir todas as exceções com um predicado que indique que esses casos são anormais e restringir o domínio do predicado apenas àquelas entidades que precisam ser anormais, dado o conhecimento que possuímos. Assim, a anormalidade deve ser relativizada para uma certa propriedade, como por exemplo: uma ema é anormal para um pássaro por não voar, mas não é anormal no sentido de possuir penas.

Segundo Krifka et al. (1995), se analisarmos as sentenças genéricas utilizando as regras *default*, essas sentenças não teriam valores de verdade e seus significados não poderiam ser especificados por uma função semântica de interpretação. Isso porque regras *default* são regras, portanto soam como plausíveis ou não-plausíveis em contraste com sentenças, que são verdadeiras ou falsas. Aceito isso, precisaríamos encontrar um caminho para o operador GEN. Vejamos o exemplo abaixo:

(93) A cat is healthy if it chases an object when that object is moved in front of its eyes.

Um gato é saudável se ele persegue um objeto quando esse é movido em frente de seus olhos.

GEN[x;](x is a cat &

GEN[y,s;](y is an object & y is moved in front of x's eyes in s; x chases y in s); x is healthy).

Se as regras *default* não são verdadeiras nem falsas, então, “não falam sobre o mundo”. Esse fato torna essa abordagem equivocada, do ponto de vista semântico, pois como vimos, a maior parte de nosso conhecimento de mundo é representado pelas sentenças genéricas.

Contudo, a lógica não-monotônica pode ajudar a interpretação das sentenças genéricas devido ao fato de que dá margem às exceções para as regras gerais e assim podemos acomodar o fato que sentenças genéricas tipicamente permitem exceções. Além disso, há uma correspondência entre a qualidade “modal” das sentenças genéricas e a maneira como as generalizações são capturadas na lógica não-monotônica: “Generic sentences are ‘modal’ in

that they make claims about an open (or open-ended) class of entities” (Krifka et al., 1995, p. 61). Uma sentença como *Um leão tem juba* refere-se a todo leão realisticamente possível, excluindo a possibilidade de listarmos as propriedades das entidades em questão ou formularmos sentenças universais e enumerarmos suas exceções.

Entre as seis soluções semânticas apontadas neste capítulo, vimos que as três primeiras abordagens (Quantificação Relevante, Protótipos e Estereótipos) são claramente descartadas por Krifka et al. (1995), devido aos argumentos apresentados pelos autores e aqui descritos. A abordagem não-monotômica não está em sintonia com os princípios semânticos. Sobram as abordagens de Interpretações Modalizadas e Situações, mas não seguiremos nenhuma das duas, pois para tal, teríamos que estudar profundamente os dois modelos.

CAPÍTULO II

A GENERICIDADE NO PB

Neste capítulo investigamos como a genericidade é expressa no PB. Na primeira seção apresentamos uma resenha do artigo *A expressão da genericidade no Português do Brasil* (Müller, no prelo a) apontando ao mesmo tempo sua proposta e seus limites. Na segunda seção propomos uma escala de “preferência” quanto à utilização dos sintagmas nominais que podem denotar espécie e finalmente, na terceira seção, mostramos que uma nova hipótese sobre a forma prototípica para as sentenças genéricas deve ser adotada.

2.1 O ESTUDO DE MÜLLER

Até onde pudemos pesquisar, a genericidade no PB só foi tratada até hoje por Müller, que se pauta principalmente em Krifka et al. (1995), também nossa mais importante base teórica. O fenômeno da genericidade no PB ocorre de uma maneira não muito diferente da língua inglesa. Neste capítulo, partiremos das conclusões obtidas por Müller em seu artigo *A expressão da genericidade no Português do Brasil*, com fins de avançarmos no estudo sobre genéricos no PB.

Müller (no prelo a) apresenta-nos uma análise das duas maneiras de se expressar a genericidade nas línguas naturais: através da sentença genérica, cujo conteúdo como um todo expressa uma generalização (sentença 01) e do sintagma nominal genérico, que faz referência a uma espécie (sentença 02):

(01) Um gato persegue ratos.

(02) O café foi cultivado pela primeira vez no Brasil no século XVIII.¹

Através dos critérios para se caracterizar SNs genéricos e sentenças genéricas, discutidos em Krifka et al. (1995), já citados no capítulo anterior, Müller chega as seguintes conclusões em relação ao PB:

(i) Sentenças genéricas podem ocorrer com todos os tipos de SNs e SNs genéricos não ocorrem necessariamente em sentenças genéricas, mas também em sentenças particulares. Essa conclusão foi tirada a partir do primeiro teste que permite diferenciar sentenças genéricas (03a - e) de episódicas (03f - h) através da inclusão de advérbios como *usualmente* ou *tipicamente*.

- (03) a. **A cobra** tipicamente é um animal perigoso.
- b. **As cobras** tipicamente são animais perigosos.
- c. **Um brasileiro** usualmente gosta de arroz e feijão.
- d. **Homem** tipicamente não chora.
- e. **Professores** trabalham muito.
- f. * **Graham Bell** usualmente inventou **o telefone** no século XVIII.
- g. * **Os dinossauros** usualmente estão extintos desde o período Cretáceo.
- h. * **O automóvel** usualmente chegou ao Brasil no século XX.

¹ As sentenças desta seção estão em Müller (no prelo a).

(ii) O singular nu, o plural nu e o indefinido genérico não são capazes de denotar espécies, diferentemente dos sintagmas nominais definido singular e plural e do sintagma nominal indefinido em sua interpretação taxonômica, que são capazes. Tais conclusões foram obtidas com o teste dos predicados-de-espécie, utilizando SNs em posição de sujeito. As sentenças do bloco (04) atestam isso. O corte quanto aos sintagmas que podem denotar espécie foi mais radical com o predicado-de-espécie *inventar*, que exige SN genérico em posição de objeto, onde restaram apenas o definido genérico singular e o sintagma indefinido com interpretação taxonômica, como mostram as sentenças em (05).

- (04) a. **O mico-leão-dourado** logo estará extinto.
 b. **Os micos-leões-dourados** logo estarão extintos.
 c. * **Um mico-leão-dourado** logo estará extinto.
 d. * **Mico-leão-dourado** logo estará extinto.
 e. * **Micos-leões-dourados** logo estarão extintos.
 f. **Um** (certo) **macaco** – o mico-leão-dourado – estará logo extinto.
- (05) a. Graham Bell inventou **o telefone**.
 b. * Graham Bell inventou **os telefones**.
 c. * Graham Bell inventou **telefone**.
 d. * Graham Bell inventou **telefones**.
 e. * Graham Bell inventou **um telefone**.
 f. Graham Bell inventou **um** (tipo de) **telefone**.

(iii) Com predicados tipicamente episódicos haverá genericidade se existir algum SN genérico na sentença (06a - c) . Novamente foi observado que o singular nu e o plural nu não parecem ser capazes de denotar espécies, ao contrário do definido genérico e do indefinido com interpretação taxonômica.

- (06) a. **O café** foi introduzido no século XVIII.
- b. **O automóvel** chegou ao Brasil no século XX.
- c. **Os automóveis** chegaram ao Brasil no século XX.
- d. * **Um automóvel** chegou ao Brasil no século XVIII.
- e. * **Café/Automóvel** foi introduzido no século XVIII.
- f. * **Automóveis** chegaram ao Brasil no século XX.
- g. **Um automóvel** – o fusquinha – chegou ao Brasil no século XX.

(iv) Com a análise dos outros dois critérios (sentenças genéricas têm sabor de lei e SNs são genéricos quando formados a partir de espécies bem estabelecidas), Müller continua encontrando evidências de que o indefinido genérico, o singular nu e o plural nu não são legítimos SNs genéricos. A autora conclui que: “a forma típica de sintagma nominal genérico no Português Brasileiro é o sintagma nominal definido singular, i. e., o definido genérico. A discussão também nos diz que o indefinido genérico não é um sintagma nominal genérico, mas tem sua genericidade herdada no fato de participar de uma sentença genérica”. (no prelo a, p. 6)

A respeito do definido plural, a autora diz que esse tipo de sintagma parece oscilar em sua capacidade de denotar ou não espécies:

(07) **Os micos-leões-dourados** logo estarão extintos.

(08) * Graham Bell inventou **os telefones**.

Como considerações finais após as análises dos critérios, Müller afirma que uma leitura genérica para o sintagma indefinido normalmente só é possível se este se encontra em posição de sujeito, pois em posição de objeto terá apenas a leitura específica em oposição ao plural e ao singular no que terão apenas uma leitura genérica:

(09) a. Jorge gosta de **um cachorro**.

b. Jorge gosta de **cachorro**.

c. Jorge gosta de **cachorros**.

A sentença (09a) só pode ter interpretação particular, enquanto (09b) e (09c) têm apenas leitura genérica.

Em sua análise sobre as sentenças genéricas, Müller (no prelo a), como toda a literatura recente, trata os indefinidos genéricos como predicados com uma variável livre restringindo o escopo de um operador genérico diádico (proposto inicialmente por Heim, 1982). Heim também foi a primeira a sugerir que sentenças com indefinidos genéricos poderiam ser analisados de maneira paralela a sentenças condicionais. Müller afirma: “Os indefinidos genéricos são apenas sintagmas nominais indefinidos ‘normais’ usados em sentenças sob o escopo de um operador modal ou adverbial. Conseqüentemente, sua semântica será a semântica do sintagma nominal indefinido mais a semântica das sentenças condicionais genéricas” (no prelo a, p.10).² A autora exemplifica que uma sentença como a

² O leitor pode notar que Müller assume a proposta da interpretação modal, ver capítulo 1, para dar conta do operador genérico.

(10a) *Um milionário é muito poderoso* é analisada como tendo uma **restrição** (*um milionário₁*) e uma **matriz** (*e₁ é muito poderoso*). A sentença (10a) é analisada como (10b):

- (10) a. Um milionário é muito poderoso.
 b. Se alguém é milionário, é muito poderoso.

(10a) pode ser interpretada em (10c):

- c. “necessariamente, se x é milionário, então x é muito poderoso”.

Müller explica que é nessa linha que Krifka (1988) e Krifka et al. (1995) adotam a análise das sentenças genéricas e apresenta a sentença (10a) sobre o escopo do GEN (10d):

- (10) a. Um milionário é muito poderoso.
 d. GEN [x;] (x é – um – milionário; x é muito poderoso)

Desta forma, a autora chega aos resultados de que no PB a forma canônica de SN genérico é o sintagma definido – **o definido genérico** – analisado como nome próprio de espécies e a forma típica de se efetuar generalizações sentenciais é o **indefinido genérico**, analisado enquanto predicado que contém uma variável livre que pode ser ligada pelo quantificador genérico.

2.2 CRÍTICA AO ESTUDO DE MÜLLER

2.2.1. Com relação ao sintagma nominal genérico

Müller (no prelo a) aponta como SN genérico prototípico no PB o definido genérico, isso porque demonstra que o indefinido genérico, o singular nu e o plural nu não são legítimos SNs genéricos, dados os testes com predicados-de-espécie. Concordamos que o definido genérico seja o SN genérico por excelência no PB, pois somente com esse tipo de sintagma é que uma sentença episódica pode expressar genericidade. Melhor dizendo, parece que a única possibilidade de as sentenças episódicas poderem denotar genericidade é se possuírem um SN genérico e podemos verificar com as sentenças abaixo que o único SN possível de gerar genericidade com esse tipo de predicado é realmente o definido genérico:

- (11) a. **O homem** passou a andar ereto.
 b. ***Homem** passou a andar ereto.
 c. ***Um homem** passou a andar ereto.
 d. ***Homens** passaram a andar ereto³.

O teste padrão para se distinguir um SN genérico de um não genérico é que para ser um SN genérico é preciso que o SN possa ser utilizado com predicados-de-espécie: *estar extinto, ser espécie, inventar*. No entanto, se refletirmos sobre esse teste, veremos que ele é problemático, até porque falta uma definição mais clara de predicado-de-espécie:

³ A sentença (11d) pode não parecer tão ruim quanto às demais assinaladas para alguns falantes do PB, isso porque as pessoas não têm a mesma intuição a respeito da aceitabilidade das sentenças.

- (12) a. **O leão marinho** está extinto.
- b. * **Um leão marinho** está extinto. (não considerando a leitura taxonômica).
- c. **Leão marinho** está extinto.
- d. * **Leões marinhos** estão extintos.

Contrariando o que afirma Müller, parece-nos que (12c) é aceitável e (11d) é aceito por alguns falantes. Assim, há predicados de espécie que aceitam outros tipos de sintagmas, além do definido genérico, pois a sentença (12c), como já dissemos, parece possível no PB denotando espécie. Se for assim, então a afirmação de que apenas o definido genérico expressa espécie deve ser amenizada. Além disso, precisamos, caso nossa intuição esteja correta, tentar explicar por que (12c) é aceitável e também refletir sobre a diferença entre os usos desses vários tipos de SN.

Parece-nos que o singular nu também pode denotar espécie. Vamos investigar melhor essa possibilidade.

Com o predicado **inventar** temos um fato interessante:

- (13) a. Santos Dumont inventou **o avião**.
- b. * Santos Dumont inventou **avião**.

Em (13b) não é possível o singular nu, mas nas sentenças (14), (15) e (16) o singular nu torna-se aceitável:

- (14) a. Fulano inventou **o telefone sem fio**.
- b. Fulano inventou **telefone sem fio**.

- (15) a. O sapateiro da esquina inventou **o sapato sem sola**.
 b. O sapateiro da esquina inventou **sapato sem sola**.
- (16) a. João inventou **o sapato para diabético**.
 b. João inventou **sapato para diabético**.⁴

A partir das sentenças (14b), (15b) e (16b) podemos observar que quando se trata de um subtipo, parece ser possível o singular nu com predicados-de-espécie e, conseqüentemente, denotando um subtipo espécie. Observe como em (14a), (15a) e (16a) perde-se um pouco a interpretação genérica, pois parecem referir-se a algo específico, dada a presença do artigo definido.

Convém testarmos o predicado-de-espécie *inventar* com os outros sintagmas. Para isso retomemos a sentença (16):

- (16) c. João inventou **sapatos para diabéticos**.
 d. João inventou **um sapato para diabético**.

Com plural nu em (16c), obtém-se a leitura de indivíduos plurais (mais de um par de sapato foi inventado) e também mantém-se a interpretação genérica. A sentença (16d), com indefinido genérico, pode ser particular, referindo-se a um sapato apenas ou pode referir-se à espécie, em sua leitura taxonômica.

Vejam os mais um caso. O predicado *ser uma espécie de* é certamente um predicado-de-espécie:

⁴ A sentença (16b) foi citada por Rodolfo Ilari durante comunicação deste trabalho no 4º CelSul, Curitiba-2000. Agradeço a sugestão.

- (17) a. **A araucária** é uma espécie de pinheiro.
 b. **Araucária** é uma espécie de pinheiro.
 c. ?? **Araucárias** são espécies de pinheiros.
 d. * **Uma araucária** é uma espécie de pinheiro.

Em (17) também temos um exemplo de subtipo (araucária é um tipo de pinheiro) e vemos que tanto (17a) quanto (17b) estão sendo utilizados como espécie, pois referem-se a toda uma classe de entidades. Se (17a) e (17b) são possíveis, então o singular nu pode denotar espécie.

Com o predicado *não existe mais* também podemos verificar a possibilidade do singular nu em denotar espécie:

- (18) a. **O dinossauro** não existe mais.
 b. **Dinossauro** não existe mais.
 c. **Dinossauros** não existem mais.
 d. * **Um dinossauro** não existe mais.
 e. **Um** – tipo de – **dinossauro** não existe mais. (leitura taxonômica)

Se pensarmos no SN genérico em posição de objeto, mas não com predicados-de-espécie, temos mais uma evidência de que o singular nu poder denotar espécie:

- (19) a. Maria come **chocolate**.
 b. Maria come **chocolates**.
 c. Maria come **o chocolate**.

- d. Maria come **um chocolate**.
- e. Maria come **um** (tipo de) **chocolate**.

Em (19a) *chocolate* refere-se a toda uma classe de entidades⁵, significando que Maria come qualquer espécie de chocolate. O plural nu, em (19b), parece dizer que Maria come mais de um chocolate. Com a inclusão do definido genérico (19c), a sentença tornou-se específica, isto é, Maria come um chocolate em particular. O mesmo aconteceu com o sintagma indefinido em (19d), pois determina que Maria come apenas um chocolate. A sentença (19e) nos diz que Maria come um tipo de chocolate (leitura taxonômica), portanto genérica.

Vale ressaltar que Müller afirma que o definido genérico é o SN de espécie prototípico. Nossa sugestão é de que uma espécie pode ser denotada por vários tipos de SN, estando eles organizados numa escala de preferência. Opomo-nos a Müller no sentido de que o singular nu pode sim denotar espécies, pois, como demonstramos, o teste dos predicados-de-espécie não se mostra totalmente eficiente em selecionar apenas o definido genérico. O indefinido genérico não denota espécie, a não ser em sua leitura taxonômica. Em vista disso, propomos a seguinte escala de SNs genéricos:

DEFINIDO GENÉRICO > SINGULAR NU > INDEFINIDO TAXONÔMICO

A escala acima confirma o definido genérico com SN genérico por excelência, pois é o único SN que pode ser utilizado com sentenças de predicado particular, permitindo que estes expressem genericidade (ver 11a), e também pode ser usado junto a predicados-de-espécie (12a e 13a). Na segunda posição da escala vem o singular nu, que, como vimos, pode também

⁵ Voltaremos a esse ponto no terceiro capítulo.

ser empregado com alguns predicados-de-espécie em posição de sujeito (12c), de objeto (14b, 15b e 16b) e pode ocorrer com predicados que não sejam de espécie, quando na posição de objeto (19a). O singular nu destaca-se denotando espécie em posição de objeto, principalmente quando se trata de denotar um subtipo. O plural nu, que semanticamente representa um número superior a um, parece possível de ser utilizado com predicados-de-espécie, como mostra a sentença (18c)⁶. Quanto ao sintagma nominal indefinido, ele só pode ser interpretado como genérico em sua leitura taxonômica, que retrata um **tipo de** (sentença 18e). A escala proposta demonstra que o definido genérico não é o único tipo de sintagma capaz de denotar espécie. É o principal, mas não exclusivo. O singular nu também parece denotar espécie. Sua única restrição é não ocorrer com sentenças particulares (*Homem saiu), mas como veremos adiante, esse é um argumento a favor da hipótese de que o singular nu é exclusivamente genérico.

Sem dúvidas, há diferenças semânticas entre os diferentes sintagmas. Sabemos que, por exemplo, (18b) e (18c), respectivamente com singular nu e plural nu, não significam a mesma coisa. Esse aspecto será abordado no capítulo seguinte. Também deixamos para mais tarde a explicação de por que o singular nu pode denotar espécie.

2.2.2. Com relação à sentença genérica

O estudo de Müller apontou o indefinido genérico como forma canônica para generalizações sentenciais. Sustentamos, como hipótese central dessa dissertação, que o singular nu é a forma canônica para generalizações sentenciais, quer em posição de sujeito,

⁶ Mas o plural nu parece denotar os indivíduos plurais de uma espécie. É como se denotasse: os *indivíduos da espécie*. Por esse motivo não entrou em nossa escala. Veja próximo capítulo.

quer de objeto. Deste modo, não é a estrutura “um N” que é tipicamente genérica, mas sim a estrutura “N”. Vejamos os argumentos que sustentam nossa hipótese:

(i) Ambigüidade do indefinido genérico *X* não ambigüidade do singular nu

Um primeiro argumento a favor de nossa hipótese é que a sentença com o indefinido genérico, quando fora de contexto, mostra-se claramente ambígua entre a leitura genérica e a particular, ao passo que as sentenças com o singular nu admitem preferencialmente a leitura genérica ou somente a genérica, mesmo sem informação contextual. Observemos as sentenças a seguir:

- (20) **Um brasileiro** gosta de futebol.
- (21) **Um brasileiro** rouba.
- (22) **Um gaúcho** toma chimarrão.
- (23) **Uma laranja** evita resfriado.
- (24) **Um tubarão** é um animal perigoso.
- (25) **Um gato** caça rato.
- (26) **Um cavalo** come capim.

As sentenças (20), (21), (22), (23), (24), (25) e (26) com estrutura “um N”, podem receber interpretação genérica, mas são todas ambíguas porque permitem também interpretação particular. A leitura particular indica que seria *um brasileiro*, *um gaúcho*, *uma laranja*, *um tubarão*, *um gato* e *um cavalo* específicos (a variável estaria, neste caso, presa por um quantificador existencial) e a genérica equivaleria a, por exemplo, *um brasileiro geralmente gosta de futebol* ou *um tubarão é tipicamente um animal perigoso* (a variável

estaria presa pelo GEN). Podemos criar uma situação para (20) a fim de a mostrarmos com a interpretação específica. Por exemplo: Há um grupo de homens de várias nacionalidades conversando e a sentença (20) é proferida, seguida de um dêitico:

(20') **Um brasileiro** gosta de futebol. É **aquele ali**.

Compare agora as sentenças com singular nu:

- (27) a. **Brasileiro** gosta de futebol.
 b. **Brasileiro** geralmente gosta de futebol.
- (28) a. **Brasileiro** rouba.
 b. **Brasileiro** geralmente rouba.
- (29) a. **Gaúcho** toma chimarrão.
 b. **Gaúcho** geralmente toma chimarrão.
- (30) a. **Laranja** evita resfriado.
 b. **Laranja** geralmente evita resfriado.
- (31) a. **Tubarão** é um animal perigoso.
 b. **Tubarão** geralmente é um animal perigoso.
- (32) a. **Gato** caça rato.
 b. **Gato** geralmente caça rato.
- (33) a. **Cavalo** come capim.
 b. **Cavalo** geralmente come capim.

As sentenças (27), (28), (29), (30), (31), (32) e (33) são genéricas com singular nu e só admitem a leitura genérica. Todas as sentenças acima podem vir combinadas com advérbios do tipo *usualmente*, *tipicamente*, *geralmente*. Retomar a situação criada para a sentença (20), em (27a), seria impossível. Além do mais, (27a) não combina com o dêitico, o que mostra a impossibilidade de uma leitura particular:

(27a) * **Brasileiro** gosta de futebol. É **aquele ali**.

Parece-nos que uma leitura particular só seria atribuída às sentenças (27)-(33) se fossem em títulos de jornais, pois esse é o único contexto em que o singular aparece com leitura específica, isso porque o pressuposto do jornal é que se trata sempre de eventos específicos. Assim, sentenças com singular nu, em posição de sujeito, recebem preferencialmente interpretação genérica e muito raramente leitura específica.

Retomando as sentenças (26) e (33), repetidas aqui por conveniência, podemos realizar uma comparação:

(26) Um cavalo come capim.

(33) Cavalo come capim.

A sentença (26) pode significar:

- a. Um cavalo (um único cavalo, um cavalo específico) come capim.
- b. Um cavalo geralmente come capim.

A sentença (33) apenas permite interpretação genérica:

- a. Cavalo geralmente come capim.

Além dessa primeira evidência, que aponta o SN nu como a forma prototipicamente presente em sentenças genéricas, há inúmeros exemplos de sentenças genéricas com esta forma e cuja transformação em indefinido singular acarretaria alteração de significado ou não-aceitabilidade das sentenças.

A sentença (34) é um trecho de entrevista que apresenta uma generalização sentencial:

“Hoje em dia eu me sinto totalmente confortável, quando era pequena sentia que era tratada diferente. Eu era a japonesinha, a ‘japa’. E é claro que agora quase na hora do vestibular, esse racismo fica mais acirrado, porque tem essa fama de que

(34) japonês rouba vagas.”

Observe que a sentença (34) equivale a *japonês geralmente rouba vagas*, só admite leitura genérica e é com singular nu.

(ii) Posição do objeto

O singular nu em posição de objeto também favorece nossa hipótese, pois parece que essa posição aliada ao presente (tempo genérico por excelência), permite exclusivamente leitura genérica, ao passo que, na mesma posição (objeto) o indefinido só permite leitura particular:

- (36) a. João gosta de **pássaro**.
 b. João gosta de **pássaros**.
 c. João gosta de **um pássaro**.
 d. João gosta **do pássaro**.

As sentenças (36c) e (36d) não permitem a leitura genérica e são, respectivamente, com o sintagma indefinido e com sintagma definido. Esse é um bom argumento a favor de nossa hipótese, porque a sentença (36a) só admite a leitura genérica e é com singular nu. O plural nu em (36b) também permite a leitura genérica na posição de objeto. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Passemos a mais uma análise de genericidade em posição de objeto:

- (37) a. Pedro vende **carro**.
 b. Pedro vende **carros**.
 c. Pedro vende **um carro**.
 d. Pedro vende **o carro**.

As sentenças (37a) e (37b), que são formadas com o singular nu e o plural nu, não podem ser particulares, logo só admitem leitura genérica. Já as sentenças (37c) e (37d) são claramente específicas e são constituídas com o sintagma definido e com o sintagma indefinido. Percebemos, porém, que existem diferenças semânticas entre (37a) e (37b), pois entre elas há pequenas distinções de significado.

A posição de objeto parece preferir o sintagma nu para denotar a genericidade. Müller também afirma que na posição de objeto o indefinido genérico só pode ter leitura particular:

“Uma leitura genérica para o sintagma indefinido normalmente só é possível se este encontra em posição de sujeito, como se pode perceber retomando os exemplos dados neste artigo e observando o paradigma (77) – (79)⁷, onde o indefinido na posição de objeto tem apenas a interpretação específica, por oposição ao singular e ao plural nu que têm apenas uma interpretação genérica” (no prelo a, p.7).

O singular nu dá conta da genericidade em posição de sujeito e em posição de objeto, se o tempo verbal da sentença favorecer a leitura genérica, e em ambos os casos mostra-se hábil a efetuar generalizações sentenciais.

(iii) Singular nu em sentenças com presente contínuo

A sentença abaixo é, como iremos mostrar no próximo capítulo, genérica por excelência:

(38) Maria fuma.

Em (38) temos um SN não genérico, pois trata-se de um nome próprio e não há nada mais específico que o nome próprio. Dessa forma, é o tempo presente que indica que fumar é um hábito de Maria, por isso a sentença é atemporal.

Silvério (2001) argumenta que as sentenças no presente do indicativo não têm leitura episódica no PB, a não ser em casos muito particulares, a saber: no relato (tipo futebol: *João chuta para Pedro que dribla...*), na promessa (*Eu juro*) e nos verbos de atitude proposicional (*Eu quero, Eu gosto*). A marcação de que o evento é simultâneo ao momento da fala é realizada em PB através do presente contínuo, como mostra a sentença (39):

⁷ As sentenças citadas por Müller (77) – (79) já se encontram neste capítulo, sob o número (09), onde realizamos uma síntese das conclusões de Müller.

(39) Maria está fumando.

Se tomarmos a sentença (38) com acréscimo do singular nu na posição de objeto, observamos que esse sintagma mantém a genericidade da sentença, como mostra (40):

(40) Maria fuma **cigarro**.

A sentença (40) continua genérica com a inclusão do singular nu. O mesmo acontece com o plural nu, como exemplifica a sentença (41):

(41) Maria fuma **cigarros**.

No entanto, com o indefinido e o definido genérico, a sentença passará a ter leitura particular, mesmo que o tempo verbal indique genericidade:

(42) Maria fuma **um cigarro**.

(43) Maria fuma **o cigarro**.

Os sintagmas nus são os únicos que possibilitam que a sentença *Maria fuma* continue genérica. A sentença (39) cuja interpretação é particular, episódica, porque o tempo é o presente contínuo, passará a exibir um fato interessante se juntarmos a ela o singular nu. Veja a sentença (44):

(44) Maria está fumando **cigarro**.

A sentença passou a ser genérica com a inclusão do singular nu. Essa sentença nos diz que passou a ser um hábito de Maria fumar cigarro (e não outra coisa). Porém, se acrescentarmos o indefinido só teremos leitura particular:

(45) Maria está fumando **um cigarro**.

Logo, mesmo em contextos episódicos, como (39), o singular nu permite a genericidade.

(iv) Sintagmas nominais de massa.

Nosso quarto argumento fará a análise da genericidade em sentenças com SNs de massa em posição de sujeito e objeto.

Os termos de massa, segundo Borges Neto (no prelo), referem-se aos nomes comuns “não–contáveis” que indicam uma coisa que não tem partes bem definidas. Pode-se dizer que suas partes são homogêneas, como por exemplo, poeira, água, ar, leite, etc.

Para se distinguir um termo contável de um não-contável, Wachowicz (no prelo) expõe alguns critérios:

Um nome contável pode:

- a) sofrer flexão de número: *livros*
- b) ser modificado por numerais: *dois livros*.
- c) aceitar alguns determinantes: *um livro, cada livro*.

Já um nome massivo:

- a) não aceita pluralização: **leites*.
- b) não pode ser modificado por numerais: **duas águas*.
- c) seleciona outros determinantes, mas não os aceitáveis junto aos nomes contáveis:
*muito leite, *cada leite*.

No entanto, não é possível criarmos uma lista de termos de massa, porque o contexto em que um termo está sendo usado pode transformar um termo contável em um não-contável e vice-versa:

- (46) Deixe leite para as crianças.
- (47) Deixe dois leites para as crianças.

Em (46) temos um termo de massa não-contável, mas em (47) podemos dizer que há um SN contável implícito, como embalagem, por exemplo, ou considerar que não estamos falando de embalagens, mas tomamos leite como algo contável, estamos contando leite.

Essa distinção entre termos contáveis e não-contáveis ainda é uma das grandes discussões na Lingüística, mas esse aspecto não será de interesse no presente trabalho. Os termos de massa interessam-nos porque preferem, em contexto de genericidade, os sintagmas definidos e os singulares nus, como exemplificaremos a seguir:

- (48) **Leite** tem cálcio.
- (49) **O leite** tem cálcio.
- (50) **Açúcar** engorda.
- (51) **O açúcar** engorda.

- (52) **Poeira** irrita os olhos.
 (53) **A poeira** irrita os olhos.
 (54) **Água** hidrata a pele.
 (55) **A água** hidrata a pele.
 (56) **Ouro** é um metal precioso.
 (57) **O ouro** é um metal precioso.

Quando em contexto de genericidade, os SNs de massa parecem oscilar entre esses dois tipos de sintagmas. Em alguns ambientes pode-se usar tanto o definido genérico quanto o singular nu, como mostram as sentenças (48) – (57) e em outros pode existir a predominância de um dos sintagmas. Por exemplo, (50) parece melhor que (51).

Os termos de massa com o sintagma indefinido – o indefinido genérico – não são tão aceitáveis, ou melhor dizendo, tornam as sentenças inaceitáveis:

- (58) * **Um leite** tem cálcio.⁸
 (59) * **Um açúcar** engorda.
 (60) * **Uma poeira** irrita os olhos.
 (61) * **Um ouro** é metal precioso.
 (62) * **Uma água** hidrata a pele.

Com o plural nu, obtemos as seguintes sentenças:

- (63) ? **Leites** tem cálcio.

⁸ A sentença (58) seria possível num contexto em que apenas um tipo de leite, entre vários, tem cálcio. Seria a leitura taxonômica.

- (64) ? **Açúcares** engordam.
- (65) ***Poeiras** irritam os olhos.
- (66) ***Ouros** são metais preciosos.
- (67) ***Águas** hidratam a pele.

Vejamos, agora, o comportamento do SN de massa em posição de objeto:

- (68) João compra **leite** todo dia.
- (69) João compra **o leite** todo dia
- (70) João compra **um leite** todo dia.
- (71) João compra **leites** todo dia.

Pelas sentenças acima, pode-se verificar que em posição de objeto, o SN de massa prefere o singular nu (68) na leitura genérica. Trata-se de um uso não-específico de *leite*: não sabemos quantos, nem qual. Em (69) a leitura genérica só parece ser possível em um contexto onde João compra o leite e eu a manteiga, por exemplo. Esse contexto chama-se, na literatura, contexto de lista. Na sentença (70) o *um* só pode ser numeral, indicando apenas um pacote de leite e em (71) temos a indicação que é mais de um pacote. A única maneira que possibilitou apenas a interpretação genérica foi com o singular nu, ou seja, é (68) que veicula menos informação semântica.

(v) O singular nu em contextos específicos

Em contextos claramente específicos, ou o singular nu não é possível ou recebe uma interpretação não-específica. O fato de o singular nu tornar sentenças específicas inaceitáveis,

parece indicá-lo como prototípico para se combinar com genericidade. A sentença (72) exemplifica essa discussão:

- (72) a. ***Homem** pisou na lua em 1969.
b. **Homens** pisaram na lua em 1969.
c. **O homem** pisou na lua em 1969.
d. **Um homem** pisou na lua em 1969.

A sentença (72b) refere-se apenas a alguns homens que pisaram na lua em 1968, portanto teremos uma leitura específica. Em (72c) temos o definido genérico ocorrendo em uma sentença particular, expressando genericidade através do SN genérico. Com o indefinido em (72d), temos apenas um homem e a sentença não expressa genericidade. Por fim, o singular nu, em (72a), torna a sentença inaceitável, pois ele não pode ocorrer em sentenças particulares em posição de sujeito. Há aqui uma forte restrição indicando que o singular nu é genérico.

- (73) a. ***Criança** chegou.
b. **Crianças** chegaram.
c. **A criança** chegou.
d. **Uma criança** chegou.

Com as sentenças do bloco (73) percebemos, novamente, a impossibilidade de o singular nu ocorrer em sentenças específicas. Isso é mais uma prova de que o singular nu

carrega traços de genericidade. Em (73) só é possível a presença de SNs que possam receber interpretações específicas, como mostram as sentenças (73b), (73c) e (73d).

Em posição de objeto é preciso distinguir dois casos: aqueles em que o singular nu não é possível (74) e aqueles em que recebe leitura não-específica (75):

- (74) a. * João comprou **casa**.
 b. João comprou **casas**.
 c. João comprou **a casa**.
 d. João comprou **uma casa**.

Mesmo em posição de objeto, em sentenças particulares, o singular nu não é possível, conforme mostra (74a). Todos os outros exemplos (74b), (74c) e (74d), apresentados com plural nu, sintagma definido e indefinido são possíveis, mas com interpretação específica.

- (75) a. João comeu **chocolate**.⁹
 b. João comeu **chocolates**.
 c. João comeu **o chocolate**.
 d. João comeu **um chocolate**.

Com esse tipo de sentença, o singular nu (75a) recebe uma leitura não-específica, ao contrário do sintagma definido (75c) que especifica. Com o sintagma indefinido em (75d) temos uma interpretação não-específica, mas já sabemos que se trata de um chocolate e com o plural nu em (75b) também temos a leitura não-específica, porém sabemos que são vários

⁹ Agradeço o exemplo (75a) à professora Ana Müller, durante apresentação no CelSul.

chocolates. Assim, o singular nu pode ser possível em sentenças episódicas quando na posição de objeto, indicando indeterminação, não especificidade.

Vejam os mais um caso, com um inacusativo:

- (76) a. Deu **abelha** no jardim.
 b. * Deu **abelhas** no jardim.
 c. * Deu **a abelha** no jardim.
 d. Deu **uma abelha** no jardim.

O singular nu (76a) é o único que possibilita a leitura não-específica, pois o plural nu e o definido genérico tornam a sentença inaceitável. Já o indefinido permite a leitura não-específica, contudo sabemos que é uma só abelha.

Com isso, verificamos que o singular nu é o não-específico por excelência no PB e por isso combina melhor com a genericidade.

(vi) Diferença semântica

- (77) a. **O filho** adolescente dá trabalho¹⁰.
 b. **Um filho** adolescente dá trabalho.
 c. **Filho** adolescente dá trabalho.
 d. **Filhos** adolescentes dão trabalho.

Embora todos os SNs acima possam ser utilizados para expressar genericidade na sentença genérica indicada, pois esse tipo de sentença não precisa necessariamente conter SN

¹⁰ As sentenças (77a - d) são de Maria José Foltran, proferidas na banca de avaliação do projeto deste trabalho. Agradeço a sugestão.

genérico, percebemos diferenças semânticas entre eles. Em (77a) parece que estamos enumerando ou comparando: o filho adolescente em relação ao filho adulto, ou o filho adolescente em contraste com o filho bebê. Estamos num contexto em que há outros “tipos” de filhos e falamos de um deles em particular: o adolescente. A sentença (77b) pode ter a interpretação genérica, mas também a particular: tem dois filhos adolescentes e apenas um dá trabalho. Ou seja, o *um* tende a ser interpretado como numeral. A sentença (77d) também pode ser genérica, mas o problema é que ela indica mais de um filho. Neste sentido (77d) é mais determinada, ou melhor, fornece mais informações semânticas. Somente (77c) indica unicamente a generalização, logo é (77c) que é prototicamente genérica.

Vejamos mais um caso:

- (78) a. **Eleitor** diz que vota no PT por emprego e em Maluf por obra. (*Folha de São Paulo*, 10/10/2000).
- b. **O eleitor** diz que vota no PT por emprego e em Maluf por obra.
- c. **Um eleitor** diz que vota no PT por emprego e em Maluf por obra.
- d. **Eleitores** dizem que votam no PT por emprego e em Maluf por obra.

Comparando a sentença (78a), extraída da Folha, com as demais (78b), (78c) e (78d) verificamos que apenas o singular nu é exclusivamente genérico. A sentença (78b) é ambígua entre a leitura genérica e a particular, (78c) torna a sentença episódica, indicando apenas um leitor e em (78d) também temos ambigüidade, porque pode ser genérica ou apenas indicar mais que um eleitor.

- (79) a. **Zebra** tem medo de leão. (*Folha de São Paulo*, 21/10/2000)

- b. **A zebra** tem medo de leão.
- c. **Uma zebra** tem medo de leão.
- d. **Zebras** têm medo de leão.

O definido genérico é o sintagma nominal genérico por excelência e uma sentença genérica não precisa necessariamente de um SN genérico. Na sentença (79b), onde temos uma sentença genérica, com SN genérico, percebemos que o sintagma definido, além de ser genérico, permite idéia de comparação ou enumeração: *a zebra tem medo de leão, a girafa tem medo de leão, etc.* O indefinido (79c) está ambíguo entre a leitura genérica e a particular. Portanto, resta-nos o singular nu e o plural nu. Contudo, o singular nu parece mais genérico que o plural nu, pois este último fornece-nos a informação de que se trata de mais de uma zebra, ao passo que o singular nu parece indicar uma zebra qualquer, não-específica.

- (80) a. **Política** é a arte de fazer alianças. (*Folha de São Paulo*, 17/10/2000).
- b. **A política** é a arte de fazer alianças.
 - c. ? **Uma política** é a arte de fazer alianças.
 - d. ? **Políticas** são artes de fazer alianças.

A sentença (80a) prova mais uma vez a hipótese do singular nu como forma prototípica em sentenças genéricas, em contraste com a hipótese do indefinido genérico, pois em (80c) a utilização do indefinido genérico tornou a sentença estranha.

As sentenças (78a), (79a) e (80a) foram retiradas de jornais. Veja que intuitivamente para indicar generalização escolheu-se a forma com singular nu.

2.3 CONCLUSÃO

Nesse capítulo, primeiramente mostramos que o singular nu pode ser utilizado com predicados-de-espécie, podendo, portanto, ser usado como SN genérico. Em vista disso, propusemos uma escala de preferência de SNs genéricos, concordando com a hipótese de Müller que o SN genérico prototípico é o definido genérico. Depois passamos para a análise das sentenças genéricas, onde indicamos, através de diversos argumentos, o singular nu como forma prototípica, pois esse sintagma parece ser exclusivamente não-específico e por isso combina com a genericidade. Nesse aspecto, discordamos de Müller para quem o indefinido genérico é o SN prototípico em sentenças genéricas.

CAPÍTULO III

UM ESTUDO SOBRE OS FATORES QUE PROMOVEM A GENERICIDADE SENTENCIAL

Neste capítulo analisamos alguns fatores que interferem na genericidade sentencial. Cada fator arrolado a seguir demandaria uma tese específica, contudo essa não é a intenção do presente trabalho. Nosso objetivo restringe-se a mostrar para o PB, a hipótese de que a sentença genérica prototípica carrega o mínimo de marcação semântica e, portanto, paira acima do mundo dos eventos. Escolhemos para essa análise os fatores que se mostram mais salientes na sentença genérica. Como era de se esperar, não há um fator único que garanta a genericidade da sentença, trata-se antes de uma combinação de fatores, por isto iniciamos nossa análise retomando um tema chave à semântica: a composicionalidade.

3.1 COMPOSICIONALIDADE

A composicionalidade é, como dissemos, uma noção chave da semântica¹, porque é através dela que podemos explicar a nossa capacidade de produzirmos e interpretarmos sentenças novas em uma língua natural, ou seja, nossa criatividade lingüística. Foi Chomsky (apud Miotto et al., 1999) quem, pela primeira vez, chamou atenção para o fato de que uma propriedade essencial das línguas naturais é a criatividade. O fato de sermos criativos explica que saber uma língua não é saber uma listagem de palavras ou sentenças, mas sim regras de

¹ Ver Borges Neto (no prelo) e Pires de Oliveira (2001), entre outros.

combinação. Um sistema regrado permite infinitas combinações, mas bloqueia outras. Um exemplo de proibição é: sabemos que a combinação nome + artigo definido é inaceitável em PB.

Assim, uma língua natural oferece um conjunto de regras recursivas que permitem infinitas combinações, isto é, se o falante sabe o significado das unidades e sabe regras de como combiná-las conseguirá entender e produzir sentenças novas. A recursividade permite que o usuário da língua crie infinitas combinações. Segundo Pires de Oliveira (2001, p.60), a idéia de composicionalidade é que “o significado de uma sentença é função do significado dos elementos que a compõem” e a exemplifica comparando-a ao jogo de montar blocos (o lego), cuja regra é grudar um bloco no outro, podendo se repetir essa regra quantas vezes quiser. Como bem lembra a autora, esta idéia já estava presente na lógica desde as contribuições de Frege. O papel marcante de Chomsky foi ter notado que essa propriedade está também presente nas línguas naturais.

Se a composicionalidade existe, então é preciso que as unidades dêem sempre a mesma contribuição semântica nas diferentes sentenças em que ocorrem. Por exemplo, o singular nu deve dar sempre a mesma contribuição semântica, quer ele esteja na sentença *Brasileiro joga futebol*, quer na sentença *João comeu chocolate*. O fato de que a primeira é genérica ao passo que a segunda é particular deve ser explicado pela interação do singular nu com por outro fator (neste caso, o tempo verbal). Em ambos os casos o singular nu parece indicar não-especificidade, noção que veremos mais adiante.

Nesse capítulo vamos investigar as unidades mais salientes que constituem uma sentença genérica prototípica. Vamos procurar mostrar que a sentença (01) é a forma canônica de sentença genérica no PB, porque nela a marcação semântica é mínima.

(01) Homem chora.

Em (01) não temos a genericidade marcada em apenas uma expressão, mas sim na combinação de um SN composto por um nome singular nu, o tempo verbal presente e um predicado passível de ser generalizado.

A atribuição de uma interpretação genérica para uma sentença pode requerer atenção para o nível sentencial bem como para o nível discursivo, entendido como uma seqüência de sentenças. Vejamos a sentença (02):

(02) Um homem chora.

Isoladamente, a sentença (02) é ambígua, pode referir-se a um homem em particular ou possibilitar a interpretação genérica. Essa ambigüidade pode ser solucionada dentro do nível discursivo. Imagine as seguintes seqüências discursivas:

(03) É machismo não aceitar que **um homem chora**.

(04) A luz está apagada, o corredor vazio. Na sala de espera, **um homem chora**.

A sentença (03) permite apenas a interpretação genérica de que os homens geralmente choram. A seqüência discursiva da sentença foi responsável por essa leitura. Já em (04) a seqüência discursiva nos dirige a apenas uma leitura específica de que um determinado homem chora naquele momento. Percebe-se com as sentenças (03) e (04) que a identificação de uma leitura genérica pode extrapolar o nível sentencial e requerer o nível discursivo.

Observemos a sentença (05):

(05) Não é só mulher que chora, homem também.

A sentença (05) apresenta duas generalizações: *não é só as mulheres que geralmente choram e homens também geralmente choram*. Temos SN nus (mulher, homem), verbo no tempo presente do indicativo (*chora*) e em *homem também* temos uma elipse do verbo *chorar* no presente. O discurso criado em (05) só nos remete à leitura genérica.

(06) Sempre tomo um cálice de vinho antes do jantar.

(07) Quando jovem, tomava muita bebida alcoólica.

A generalização em (06) é obtida pela combinação do advérbio *sempre* e verbo no presente do indicativo. Trata-se, neste caso, da expressão de um hábito. A presença da locução adverbial *quando jovem*, delimitando um intervalo de tempo no passado, e o verbo no pretérito imperfeito do indicativo são responsáveis pela leitura de hábito (genérica, portanto) da sentença (07).

Conclui-se que o fenômeno da genericidade sentencial no PB não se encontra em um determinado elemento, como por exemplo, não é o sintagma nominal nu (nossa hipótese de SN prototípico em sentença genérica) ou qualquer outro tipo de SN que é exclusivamente responsável por esse tipo de genericidade. Muito menos temos um único tempo de generalização (observe 06 e 07), porém acreditamos que há “coincidências” de estruturas quando generalizamos. Assim, temos elementos que combinados produzem generalização. Sabemos que elementos são esses e como combiná-los para produzir generalização. Passamos agora a investigar esse último aspecto: quais são os elementos usados comumente para generalização sentencial e como eles se combinam.

3.2 QUE FATORES CONTRIBUEM PARA A GENERALIZAÇÃO SENTENCIAL? COMO CONTRIBUEM?

Nesta seção examinaremos que fatores contribuem para a generalização sentencial e procuraremos determinar em que constitui essa contribuição. Vamos iniciar investigando o sintagma nominal e depois nos moveremos para o sintagma verbal.

(i) O sintagma nominal

No capítulo anterior, nomeamos o singular nu como prototípico na sentença genérica, devido a diferentes argumentos. Devemos, então, considerar dois casos: aqueles em que o SN nu é sujeito e os que o SN nu é objeto (nas orações transitivas e também nas inacusativas, onde o singular nu figura como argumento interno do verbo):

- (08) **Brasileiro** gosta de **samba**.
- (09) **Brasileiro** nasce feliz.
- (10) **Brasileiro** é **sofredor**.
- (11) **Brasileiro** chora.
- (12) ?? **Brasileiro** gosta **do samba**.

A sentença (08) apresenta o singular nu em posição de sujeito e de objeto. As sentenças (09) – (11) apresentam-se com o sintagma nu em posição de sujeito. Em (12) não é possível o SN definido *do samba*, pois ele nos remete a uma leitura episódica. Além disso, a combinação dos elementos em (12) tornou a sentença estranha.

O objetivo principal desta pesquisa é mostrar que o SN nu combina com a

genericidade, porque ele parece ser inerentemente não-específico. Usamos esse termo não-específico já no capítulo anterior quando nos referimos a sentenças como a (14). A sentença (13) difere-se da (14):

(13) Ana come **chocolate** após o jantar.

(14) Ana comeu **chocolate** após o jantar.

Em (13) temos uma sentença genérica: *Ana usualmente come chocolate após o jantar*. A sentença (14) é episódica porque nos remete a uma situação em particular: * *Ana usualmente comeu chocolate após o jantar*. Porém, em ambas as sentenças temos o singular nu. Observemos que mesmo na sentença episódica, o SN nu não dá uma noção exata de quantos chocolates Ana comeu. No caso dessas duas sentenças o contraste genérico versus episódico se deve ao tempo verbal: presente versus pretérito perfeito. Voltaremos a esse tópico na próxima seção.

Podemos levantar uma hipótese para explicar o significado do singular nu (que abarque sua ocorrência em sentenças como (13) e (14)): acreditamos, como já dissemos, que ele expressa não-especificidade. Vamos, agora, entender melhor essa noção:

As sentenças abaixo são genéricas, com variação apenas no SN:

(15) **Homem** chora.

(16) **Homens** choram.

(17) **Um homem** chora.

(18) **O homem** chora.

Todos os SNs em destaque nas sentenças acima são possíveis, mas defendemos, como já dissemos no capítulo anterior, que o singular nu é o SN prototípico em sentenças genéricas. Deste modo, a sentença (15) é a forma prototípica de SN em sentença genérica. Vimos, no entanto, que a utilização de um ou outro SN traz diferenças de significados para cada sentença. Em (15) temos a leitura genérica, afirmando que há exceções à generalização. A sentença (16) refere-se a uma pluralidade, no entanto, ela é ambígua entre a leitura que denota indivíduos plurais específicos e a leitura genérica. A sentença (17) é ambígua entre a leitura particular (um homem específico) e a genérica. Na leitura particular, refere-se a um homem (unidade) e no caso do genérico pega um homem qualquer, qualquer uma das unidades homem. A última sentença do grupo, a (18), com o sintagma definido, refere-se à classe dos homens. Neste caso trata-se da forma prototípica de sintagma nominal genérico, que também pode aparecer na sentença genérica. Se existem essas diferenças explicitadas acima como captá-las?

Apoiamo-nos em um outro artigo de Müller (no prelo b) intitulado *A semântica da genericidade no Português: A genericidade e a denotação do nome comum*. Nesse trabalho, Müller expõe, entre outros assuntos, a questão da interpretação dos nomes comuns e dos morfemas singular e plural, indicando a hipótese de que a denotação de um nome comum no PB é uma neutralização entre o singular e o plural. Utilizando-se do quadro teórico da mereologia, a autora afirma que o nome comum teria como parte de sua denotação todas as entidades atômicas e todas as entidades plurais, isto é, todas as somas de qualquer número de entidades. A autora exemplifica que em um universo com apenas três bolachas, a denotação de *bolacha* seria:

$$[[bolacha]] = \left| \begin{array}{ccc} & \{a, b, c\} & \\ \{a, b\} & \{a, c\} & \{b, c\} \\ a & b & c \end{array} \right|$$

A morfologia de número, que o PB apresenta, tem para a autora significado semântico e os morfemas de número podem ser analisados como operadores sobre o nome comum.

Assim o operador plural retira os átomos da denotação de um nome comum, restando apenas as somas (o que explica por que *homens* na sentença (16) não pode se referir ao todo, mas apenas às pluralidades) e o operador singular retira-lhe todas as entidades não-atômicas deixando disponível apenas os átomos (o que explica que (17) pegue uma unidade). No caso do singular há duas possíveis situações: com o definido e com o indefinido. Müller refere-se apenas ao indefinido. No artigo em questão, a autora separa de um lado os indefinidos (singular nu, plural nu e indefinido propriamente, para os quais ela constrói a hipótese apresentada) e de outro o definido genérico.

Apresentam-se abaixo as denotações de *bolachas* e *uma bolacha*, respectivamente:

$$[[PL(bolacha)]] = \left| \begin{array}{ccc} a \oplus b \oplus c & & \\ & a \oplus c & \\ a \oplus b & & b \oplus c \end{array} \right|$$

$$[[SING(bolacha)]] = |a \quad b \quad c|$$

Müller ainda demonstra suas hipóteses com dados empíricos:

(19) Unicórnio tem **um chifre**.

(20) Unicórnio tem **chifre**.

(21) Unicórnio tem **chifres**.

Analisando as sentenças acima, a autora conclui que as três formas diferem quanto ao conteúdo semântico, isso aparece quando o indefinido está em posição de objeto. Em (19) há apenas um chifre para cada unicórnio, em (20) existe um número não especificado de chifres e em (21) temos necessariamente mais de um chifre. A autora ainda diz que todos os tipos de sujeitos indefinidos (o singular nu, o plural nu e o indefinido) podem ser usados com todos os tipos de objetos indefinidos com o mesmo efeito sobre o número:

(22) **Um unicórnio tem um chifre / chifre / chifres.**

(23) **Unicórnios têm um chifre / chifre / chifres.**

Deste modo, o nome comum é indeterminado e os morfemas de singular e plural são operadores que explicam as diferenças de significado nas sentenças acima. Relacionando essa teoria de Müller com as sentenças (15)-(18) podemos afirmar que estas são genéricas, mas realmente diferem quanto ao conteúdo semântico. Portanto, a sentença (15), repetida abaixo, com singular nu, refere-se a um número não específico de homens e, portanto, pode pegar qualquer parte da mereologia:

(15) **Homem** chora.

O mesmo acontece com as sentenças (13) e (14), retomadas aqui:

(13) Ana come **chocolate** após o jantar.

(14) Ana comeu **chocolate** após o jantar.

Em ambas as sentenças, mesmo na episódica (14), o singular nu que é não-específico, pode referir-se a qualquer parte da mereologia.

Assim em sentenças genéricas o SN prototípico, quer em posição de sujeito, quer de objeto, é o singular nu e sua contribuição semântica é a não-especificidade.

(ii) O tempo e o aspecto verbal da genericidade.

Segundo Pires de Oliveira (2001) o tempo é concebido em nossa cultura como uma reta direcionada para o futuro e, desse modo, o tempo verbal expressa a localização dos eventos nessa linha. Observe as sentenças a seguir:

(24) Brasileiro sofre.

(25) O brasileiro está sofrendo.

Em (24) temos o verbo no presente do indicativo, contudo a sentença não expressa presente, expressa generalização. Isto porque o presente do indicativo não indica que o evento ocorre simultaneamente ao momento da fala, além do mais não há a expressão de um evento em (24), mas de um comportamento padrão, de uma regularidade. Como vimos, no capítulo anterior, a estrutura de (24) é: *se algo é brasileiro, então esse algo sofre*. Já a sentença (25) com presente contínuo indica que o brasileiro está sofrendo agora, neste momento e pode indicar uma generalização também, mas por causa do sintagma definido – o definido genérico – que se refere a toda a classe dos brasileiros. Se compararmos as duas sentenças, a

generalização é mais forte na sentença (24) porque sofrer é uma propriedade de brasileiros, independente do momento histórico, já em (25) o sofrimento é delimitado no tempo, não se trata portanto de uma propriedade que define o brasileiro.

Além disso, uma sentença como (26) parece estranha:

(26) ?? Brasileiro está sofrendo.

Essa estranheza acontece porque o gerúndio chama para uma interpretação eventual (episódica) e a generalização, nesse caso, só é possível com o definido genérico, como em (25), que, como vimos no capítulo anterior, faz generalização mesmo com predicados episódicos. No PB é o presente contínuo que é comumente utilizado para afirmar que o evento ocorre no momento em que o falante está proferindo sua fala, por isso, como já dissemos, ele chama preferencialmente para a leitura eventual, como mostra (27):

(27) O gato está dormindo no sofá da sala.

Em (27) temos um evento específico, mas em (25) mesmo com o presente contínuo, temos a generalização obtida pelo SN genérico.² Surgem neste momento duas questões: por que *o gato* em (27) não é interpretado como um SN genérico? Por que a provável leitura para (27) é a de evento particular? A resposta para essas questões pode ter relação com dois fatores. O primeiro é que o predicado dormir é um *stage level* (indicando que se trata de algo provisório) e o segundo é que há uma locução adverbial de lugar na sentença. Esse fato reforça nossa hipótese de que a sentença genérica é uma estrutura não-marcada. Contudo, em

² Não queremos voltar neste capítulo na questão do SN genérico, porém essa observação tornou-se importante devido ao comentário da sentença (26).

(27) podemos ter a interpretação genérica, pois se incluirmos nela um advérbio como *geralmente*, a sentença fica genérica: *Geralmente, o gato está dormindo no sofá*. Também podemos dizer que em (27) temos leitura de hábito.

Desse modo, o tempo verbal é um fator que pode influir na interpretação genérica de uma sentença. As sentenças (13) e (14) voltam a nos servir de exemplos:

(13) Ana **come** chocolate após o jantar.

(14) Ana **comeu** chocolate após o jantar.

Em (13) o tempo verbal é o presente do indicativo e nos remete à leitura genérica. Na sentença (14), o verbo está no pretérito perfeito e indica um episódio, um fato acabado. Ambas as sentenças contêm a locução adverbial *após o jantar*, portanto o que distingue a sentença (13) da (14) é o tempo verbal.

Também o aspecto parece influir na genericidade. Pires de Oliveira (2001) afirma que ele é responsável pela natureza interna da descrição de uma situação. É o aspecto que diz se uma situação teve ou não duração no tempo (sentença 28), se uma ação é acabada ou inacabada (29), permanente ou transitória (30), pontual ou repetitiva (31). A própria escolha de um item lexical pode carregar marca aspectual ou ainda o complemento pode direcionar uma interpretação aspectualizada (32)³:

(28) Maria estava cantando. / Maria cantou.

(29) Maria escreveu uma carta. / Maria estava escrevendo uma carta.

(30) Maria é doente. / Maria está doente.

³ As sentenças (28) – (32) estão em Pires de Oliveira (2001, p. 219).

(31) João saltou. / João saltitou.

(32) Ele correu. / Ele correu até a padaria.

Vejamos alguns exemplos de sentenças genéricas:

(33) José **vendia** carros.

(34) José **vende** carros.

Em (33) e (34) o tempo mudou de passado para não-tempo e a genericidade se deve, no caso de (33), a flexão “*ia*” que indica o “presente do passado”.

Dahl (1995) afirma que as sentenças genéricas são geralmente expressas através de verbos no presente e no imperfeito do indicativo. Assim, para esse autor, as sentenças genéricas têm, como já dissemos, uma tendência de marcação mínima:

(35) Cats meow.

(36) I smoke a pipe.⁴

Segundo o autor, as sentenças (35) e (36) não apresentam nenhuma marcação evidente de tempo e aspecto. Por serem genéricas expressam regularidades ou normas mais gerais, são independentes do tempo, pois se mantêm nele. Não interessa o tempo em que o falante pronuncia uma sentença genérica, ela é verdadeira durante um certo período ou para sempre, incluindo o tempo da fala. É este o caso das sentenças (24), (33) e (34). É por isso que o autor diz que nas sentenças genéricas a marcação é mínima.

⁴ As sentenças (35) e (36) estão em Dahl (1995).

Comparemos as sentenças abaixo:

(37) João fuma.

(38) João fumava.

Em (37) o presente do indicativo mostra que João tem o hábito de fumar, portanto não há marcação temporal, a sentença não se ancora na linha do tempo. Com (38) sabemos que não há um evento em particular, porque o imperfeito indica um hábito no passado (João fumou durante um certo intervalo de tempo). Trata-se da noção de aspecto, demonstrada pelos verbos no presente e pretérito imperfeito. É como se fosse um “presente no passado”. Comparemos com as sentenças (37) e (38) com a (39):

(39) João fumou.

A sentença (39) apresenta o verbo no pretérito perfeito do indicativo, portanto marca um evento pontual, que ocorreu em certo momento no passado, diferentemente das sentenças (37) e (38). Em (39) a interpretação é de que houve um evento, sendo, neste caso, uma sentença particular. Porém, podemos imaginar que estamos falando sobre um hábito de João que acabou. Algo como: *João fumou, não fuma mais*. O verbo *fumou*, expressa, então, o fim de uma série de eventos (leitura genérica). Sem dúvidas, essa interpretação também é possível devido ao verbo *fumar*. Uma leitura episódica para (39) parece pedir um advérbio que marque um evento pontual, como: *João fumou há alguns minutos*. Assim, além do tempo e do aspecto, os advérbios contribuem para interpretação genérica.

Vejamos mais alguns exemplos:

- (40) Fernanda usava drogas.
- (41) Fernanda trabalha.
- (42) Fernanda trabalhava.
- (43) Fernanda trabalhou.
- (44) Fernanda trabalhou durante a década de 80.

As sentenças (40) – (42) são genéricas, constituídas de verbos no presente e no imperfeito do indicativo. A sentença (44) também é genérica mesmo com verbo no perfectivo. O mesmo pode valer para (43), se para interpretá-la, colocamos um certo intervalo de tempo em que sucederam-se eventos de trabalhar (trabalhou durante um certo período). Para ser episódica mesmo, o melhor seria acrescentar um advérbio que marcasse um evento pontual, como em *Maria trabalhou ontem* (é também o caso da sentença 39). Analisaremos essa questão no item (iii). Conclui-se que a sentença genérica no PB apresenta-se geralmente isenta de qualquer marca de tempo e aspecto e essa ausência vem registrada geralmente pelos verbos no presente e no imperfeito do indicativo.

(iii) Advérbios marcando tempo

Os advérbios marcadores de tempo merecem uma atenção especial nas sentenças genéricas, pois parece haver somente um tipo de advérbio ou locução adverbial possível nesse tipo de sentença. As sentenças desta seção ilustram a plausibilidade desses advérbios ou locuções adverbiais na sentença genérica:

- (45) Maria é ansiosa.
- (46) * Maria é ansiosa hoje.

(47) * Maria foi ansiosa ontem.

A sentença (45) é atemporal, é verdade com relação ao ontem, ao hoje e ao amanhã. Já a sentença (46) que possui o advérbio *hoje* é agramatical e só pode ser interpretável se a lermos metaforicamente, ou seja, se lermos *hoje* como *atualmente*. A sentença (47) com o advérbio *ontem* também não é possível, a não ser que, mais uma vez, o interpretemos metaforicamente, como *No passado Maria foi ansiosa*. Vê-se que, com advérbios que indiquem um momento pontual na linha do tempo, a sentença genérica ou torna-se inaceitável, (46) e (47), ou torna-se episódica, como (49):

(48) Vera digita trabalhos.

(49) Vera digita trabalhos agora.

Em (49) podemos ter a leitura genérica se *agora* receber leitura metafórica: *de uns tempos pra cá*, a Vera digita trabalhos, ou seja, se ele expressar um intervalo de tempo.

Se alterarmos o advérbio que indica tempo marcado, pontual por um outro advérbio ou locução adverbial que marque um intervalo de tempo amplo, a sentença genérica fica perfeita:

(50) Maria era ansiosa **na adolescência**.

(51) Vera digitava trabalhos **na época de faculdade**.

(52) **Atualmente**, Vera digita trabalhos.

Agora vejamos o seguinte: as sentenças acima (50), (51) e (52) apresentam verbos no

imperfeito e no presente do indicativo, que como vimos são formas verbais típicas da sentença genérica. Contudo, a sentença (53) apresenta verbo no pretérito perfeito do indicativo, forma que denota uma ação pronta, acabada, pontual e, no entanto, é tão possível de expressar genericidade quanto (54):

(53) João **jogou** bola na adolescência.

(54) João **jogava** bola na juventude.

Essa interpretação torna-se possível devido à inclusão da locução adverbial *na adolescência* em (53), que é responsável por indicar um intervalo amplo de tempo, o que nos leva a acreditar que não se trata de um único evento de jogar bola que teve uma longa duração, mas de vários eventos.

Podemos concluir que os advérbios que marcam um intervalo de tempo amplo no espaço combinam com a genericidade, mesmo que o tempo da sentença não esteja no presente ou no pretérito imperfeito do indicativo. Devemos ressaltar também que no presente do indicativo (tempo por excelência da genericidade sentencial), os advérbios ou locuções possíveis são somente esses que demarcam intervalo de tempo amplo (sentença 52), mas eles são dispensáveis para expressar a genericidade. Então, para efetuar generalizações sentenciais, o advérbio marcando duração de tempo só é necessário quando o tempo verbal for perfectivo. Arrolamos a seguir mais algumas sentenças para exemplificar essas hipóteses:

(55) **Ultimamente**, João joga futebol.

(56) João jogava futebol **na infância**.

(57) João jogou futebol **quando criança**.

(58) Amanda era alérgica a lactose **quando bebê**.

(59) Amanda foi alérgica a lactose **quando bebê**.

(60) Amanda é alérgica.

(iv) Tipo de predicado

Pelas seções anteriores deste capítulo podemos perceber que a escolha do predicado também é importante para expressar genericidade. Como estamos argumentando, a genericidade sentencial não é obtida por um ou outro elemento em particular da sentença, mas por sua combinação. Vejamos as seguintes sentenças:

(61) João ganha a corrida.

(62) João ganha a corrida neste momento.

A sentença (62) não pode ser genérica, mesmo com verbo no presente do indicativo, porque ela possui uma locução adverbial de tempo que marca um evento pontual. Em (61) também temos uma sentença pontual. Ambas as sentenças são constituídas de verbos no presente do indicativo, tempo genérico por excelência, mas não são genéricas. Em vista disso, vemos que não basta termos verbos no presente do indicativo para que exista genericidade. O que explica a leitura episódica em (61) é o tipo de verbo. Trata-se de um verbo *achievement*, que sempre indica pontualidade.

(63) João come pão.

(64) João come pão neste momento.

O predicado em (63) é constituído de verbo no presente e a sentença é genérica; já a sentença (64) que possui verbo no presente mais a locução adverbial *neste momento*, só tem leitura específica. A sentença (63) não tem leitura específica por causa do tipo de predicado: um verbo de ação.

(65) Ele morre.

(66) Ele toma o vinho.

(67) Ele toma vinho.

As sentenças (65) e (66) não podem ser genéricas, embora ambas possuam verbos no presente do indicativo. Em (65), *morrer* não aceita leitura genérica, porque se trata de um *achievement*. Parece que os predicados *achievement* (como *morrer*) não denotam genericidade. Em (66) o verbo no presente associado ao sintagma definido impediu a leitura genérica. A sentença (67), com verbo no presente e sintagma nu, só permite a interpretação genérica (a menos que a combinássemos com um advérbio pontual: *João toma vinho agora*).

Comparemos (66) e (67) com (68) e (69):

(68) ?? Ele toma o vinho há muitos anos.

(69) Ele toma vinho há muitos anos.

O predicado da sentença (66) não é o mesmo de (67). A sentença (67) não precisa nem mesmo ter a indicação de intervalo de tempo para ser genérica. Apenas em (67) e (69) temos genericidade. Vemos com esses exemplos que a escolha do predicado é importante para expressar genericidade. Vejamos outra distinção importante.

Carlson (1977a, b) apresenta a distinção entre os predicados de indivíduo e os predicados de estágio. O predicado de indivíduo caracteriza-se por apresentar propriedades que permanecem constantes no indivíduo e o predicado de estágio é o predicado episódico, particular. As sentenças abaixo nos mostram esses predicados no PB:

(70) Pedro é inteligente.

(71) Pedro está bêbado.

(72) Pedro é doente.

(73) Pedro está doente.

As sentenças (70) e (72) são genéricas, enquanto que (71) e (73) são episódicas. O que faz a diferença não é nem o SN, nem o tempo, nem a presença de advérbios, mas o tipo de predicado. A distinção entre predicados de indivíduos e de estágio, proposta por Carlson, é marcada no PB pelos verbos *ser* e *estar*. Ao menos intuitivamente parece que o verbo *ser* introduz predicados de indivíduo⁵. Observe que as sentenças (70) e (72) apresentam generalizações sobre Pedro, são próprias do indivíduo Pedro. Já o verbo *estar* parece caracterizar o predicado de estágio. Veja que *está bêbado* (71) e *está doente* (73) são coisas temporárias na vida de Pedro, representam episódios.

Existem também no PB expressões propriamente genéricas como o predicado *costumar*:

(74) Ana costuma sair cedo.

(75) Ana costumava sair cedo.

⁵ Mais estudos são necessários para que se possa obter uma conclusão precisa.

(76) * Ana costumou sair cedo.

Como já indicamos na seção sobre a genericidade da língua inglesa, esse predicado (*costumar*) pode até constituir um teste para caracterizar sentenças genéricas no PB. Observe:

(77) Girafa (costuma ter) tem pescoço comprido.

(78) Ana lê (costuma ler) antes de dormir.

(79) Brasileiro gosta (costuma gostar) de carnaval.

Por esses comentários, percebemos que o tipo de predicado é realmente importante para a expressão da genericidade sentencial.

3.3 CONCLUSÃO

O que nossa rápida análise sobre a genericidade sentencial nos mostrou é que: (i) são vários fatores que contribuem para a genericidade sentencial; (ii) a sentença genérica por excelência é a menos marcada semanticamente, isto é, ela comporta o mínimo de informações semânticas: o SN é o não-específico (o singular nu), o tempo verbal é o presente (que não marca tempo, mas aspecto), não há advérbios e o predicado é de indivíduo. Desta maneira, um exemplo clássico de sentença genérica é como (80):

(80) Professor é batalhador.

Observe, mais uma vez, que são fatores que costumam agir conjuntamente, ou seja, se compõem para expressar genericidade. Arrolamos a seguir algumas sentenças que foram retiradas de situações reais de nosso dia-a-dia e concluem esse capítulo, ilustrando nossa hipótese sobre a marcação mínima nas sentenças genéricas:

(81) Preguiça faz bem (*Isto É*, 25/04/2001)

(82) Banana faz bem pro sangue (*Magali*, p. 27. Ed. Globo, 2000)

Eu tive um namorado na minha adolescência, mas fiquei apaixonada por uma colega do colégio...

(83) ... homem não é para mim. (Entrevista / *Vip Exame*, p. 57, agosto, 2000).

(84) Lésbica passiva é lésbica morta. (Entrevista / *Vip Exame*, p. 57, agosto, 2000).

(85) Coleta seletiva é coletar seletivamente, e não misturadamente. (*Folha de São Paulo*, 10/10/2000)

Nas sentenças (81) - (85) temos a combinação entre o singular nu, verbo no presente do indicativo e predicados de indivíduo.

Dessa forma, concluímos que a sentença genérica prototípica é semanticamente não-marcada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo desta pesquisa argumentos para provar as duas principais hipóteses que levantamos sobre a genericidade sentencial no PB: I. que o sintagma nu é o SN prototípico em sentenças genéricas, por isso esse sintagma pode ser considerado inerentemente genérico; II. que as sentenças genéricas são minimamente marcadas, isto é, carregam o mínimo de informação semântica.

O primeiro capítulo serviu de base teórica para uma análise um pouco mais detalhada da genericidade no PB. No segundo capítulo, primeiramente mostramos que existe uma escala de preferência quanto ao uso de sintagmas nominais que podem denotar espécie. Conforme estudos anteriores (Müller, no prelo a), o sintagma definido é a forma prototípica de SN genérico e concordamos com isso. Porém, os testes existentes não selecionam apenas o definido genérico, porque constatamos que o singular nu pode ser utilizado com predicados-de-espécie e destaca-se, sobretudo, denotando espécie em posição de objeto quando se trata de um subtipo. Depois da análise dos sintagmas nominais genéricos, argumentamos que o singular nu é a forma canônica de SN em sentenças genéricas. Para isso, alguns fatores contribuíram: (i) a não ambigüidade do singular nu, (ii) a posição de objeto que prefere o singular nu para remeter a leitura genérica, (iii) a possibilidade de transformar uma sentença episódica com presente contínuo em uma genérica com a inclusão do singular nu, (iv) os SNs de massa que só aceitam o sintagma definido ou o singular nu em sentenças genéricas, (v) a inclusão do singular nu em posição de sujeito em sentenças episódicas torna a sentença inaceitável ou em posição de objeto em sentenças particulares terá leitura não-específica e (vi)

o conteúdo semântico do singular nu leva-nos apenas a generalizações.

Com a questão do sintagma nominal prototípico da sentença genérica resolvida, procuramos investigar a hipótese levantada por Dahl (1995) da marcação mínima na sentença genérica. Para isso analisamos os principais fatores que contribuem para a generalização sentencial. Mostramos que há estruturas típicas para se generalizar e concluímos que a sentença genérica prototípica é formada pelo singular nu, com tempo verbal no presente do indicativo, não há advérbios e o predicado é o de indivíduo, confirmando, portanto, a hipótese da minimalidade. Desta forma serve como exemplo prototípico a sentença (01):

(01) Brasileiro é pão-duro.

Em (01) temos predicado de indivíduo, verbo no presente do indicativo e sintagma nu.

Ao longo de nosso trabalho utilizamos muitas sentenças retiradas de situações reais de nosso dia-a-dia com fins de mostrarmos empiricamente nossas hipóteses. Acreditamos que a genericidade no PB possa ser aprofundada para a obtenção de maiores detalhes, bem como julgamos importante a confirmação de nossas hipóteses em um banco de dados. Finalmente, do que pudemos ver informalmente, a sentença genérica protípica em PB, como (01), não se encontra no Português Europeu. São esses os tópicos que pretendemos continuar a desenvolver em novos trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES NETO, J. Semântica de Modelos. No prelo.

CARLSON, G. N. Truth conditions of generic sentences: two contrasting views. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F.J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

DAHL, Ö. The marking of the episodic/generic distinction in tense-aspect systems. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. de O.; LIBERATO, Y. G. **Aspectos da gramática do Português: uma abordagem funcionalista**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

DIAS, J. F. V. **A quantificação universal no português brasileiro**. Florianópolis, 2001. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix (primeira publicação em 1892).

GUIMARÃES, M. R. **Definidas Genéricas**: para uma abordagem mereológica. Curitiba, 1996. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

ILARI, R. **A expressão do tempo em Português**. São Paulo: Contexto, 1997.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1995.

KEMPSON, Ruth. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KRIFKA, M.; PELLETIER, F. J.; CARLSON, G. N.; MEULEN, A.; LINK, G.; CHIERCHIA, G. Genericity: an introduction. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. V. **Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

MIOTO, C. Lingüística e Ensino de Gramática. In: SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DE GRAMÁTICA, 1994, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Edipucrs, 1994. p.7-17.

MOURA, H. M. de M. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999.

MÜLLER, A. A expressão da genericidade no Português do Brasil. (Cadernos de Estudos Lingüísticos). No prelo a.

_____. A semântica da genericidade no Português: a genericidade e a denotação do nome comum. No prelo b.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Semântica Formal: uma breve introdução**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

_____. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVÉRIO, S. M. **O sistema temporal no português brasileiro**. Florianópolis, 2000. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

WACHOWICZ, T. C. A semântica de reticulados para os plurais em língua portuguesa. No prelo.

_____. **Uma semântica de reticulados para os plurais e os termos de massa**. Curitiba, 1997. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.